



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA - UEFS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA**  
**E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS - PPGEFHC**



**ANDERSON DE CARVALHO CONCEIÇÃO**

**O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE EM TRABALHOS APRESENTADOS NO  
EPEA DIANTE DA COMPLEXIDADE DO CAMPO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Salvador - BA  
2019

**ANDERSON DE CARVALHO CONCEIÇÃO**

**O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE EM TRABALHOS APRESENTADOS NO  
EPEA DIANTE DA COMPLEXIDADE DO CAMPO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências.

Orientadora: Profa. Dra. Rosiléia Oliveira de Almeida.

Salvador - BA  
2019

**ANDERSON DE CARVALHO CONCEIÇÃO**

**O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE EM TRABALHOS APRESENTADOS NO  
EPEA DIANTE DA COMPLEXIDADE DO CAMPO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências.

Aprovado em 29 de agosto de 2019.

Banca Examinadora:

Dra. IZAURA SANTIAGO DA CRUZ, UFBA

Examinadora Externa ao Programa

Dr. HÉLIO DA SILVA MESSEDER NETO, UFBA

Examinador Interno ao Programa

Dr. FÁBIO PESSOA VIEIRA, UFBA

Examinador Interno ao Programa

Dra. ROSILÉIA OLIVEIRA DE ALMEIDA, UFBA

Presidente

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Conceição, Anderson de Carvalho

O discurso da sustentabilidade em trabalhos  
apresentados no EPEA diante da complexidade do campo  
da Educação Ambiental / Anderson de Carvalho Conceição.

-- Salvador, 2019.

93 f.

Orientadora: Rosiléia Oliveira de Almeida.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em  
Ensino, Filosofia e História das Ciências - PPGEFHC) --  
Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação,  
2019.

1. Sustentabilidade. 2. Educação Ambiental. 3.  
Teoria Crítica. 4. Teoria Crítica da Sustentabilidade.  
5. Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental - EPEA.  
I. Almeida, Rosiléia Oliveira de. II. Título.

Dedico este trabalho a minha querida mãe, um exemplo de fé em minha vida. Sou grato por todo cuidado que tem comigo, desde a infância, me ensinando e incentivando a estudar, com suas palavras, me dando força e incentivo para conseguir terminar este trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Muito feliz por chegar a este ponto, agradecer a todos que de uma certa forma me impulsionaram para chegar ao meu objetivo. Uma forma singela de demonstrar meu carinho a todos que fizeram parte direta e indiretamente dessa construção. Lembrar os que me acompanharam é uma grande dádiva, pois foi uma construção em tempos de grandes intempéries, mas acredito que *sem dor, sem ganho*, ou seja, o sofrimento faz parte do processo de aprendizagem, passo por esta etapa muito mais fortalecido e com uma bagagem repleta de novos conhecimentos, fase muito importante para a construção da resiliência em minha vida.

Agradeço a Deus pelo dom da vida, por me dar saúde, discernimento para saber qual caminho trilhar, por me amparar em todos os momentos, por ser meu alicerce nesse mundo.

Agradeço a Jesus Cristo, por me ensinar a como conduzir minha vida, pois é para mim a maior referência de como lidar com situações adversas, sou grato por todos os seus ensinamentos, suas palavras, por me conduzir, por ser meu amparo, por me acalmar, pois o seu exemplo de vida na Terra mostra o quanto a resiliência é possível para nós humanos. Sem ele estaria sem destino nessa vida, minha fé em Cristo Jesus me salva e me fortalece a cada dia. Aqui a minha eterna gratidão por ser meu grande mentor e meu escudo em todas as horas.

A minha eterna gratidão à minha querida orientadora, Dra. Rosiléia Oliveira de Almeida, uma professora muito inteligente, dedicada à pesquisa, ao ensino, atenta a todos os seus orientados, com uma capacidade de gerir todos a sua volta sem igual, com um coração lindo! Muito grato por sua enorme gentileza comigo e com todos a sua volta. Um grande exemplo de pessoa e professora na minha vida. Agradeço pelo cuidado comigo, com minha escrita nos mínimos detalhes, por todas as orientações, por me ensinar e acreditar no meu potencial desde a minha graduação até a finalização deste trabalho. Agradeço por toda compreensão ao longo desses dois anos de mestrado. Sem a minha querida pró, como a chamo carinhosamente, talvez não seria possível a concretização deste trabalho. Muito obrigado!

Agradeço a meus pais Gildete e Gildásio, primeiramente por me conceber nesse mundo, por toda educação oferecida a mim ao longo da minha vida, por prover o sustento necessário para a minha graduação e por serem grandes incentivadores nessa jornada do mestrado, sendo compreensivos, companheiros, conselheiros. Em especial a minha mãe por todas as orações e força nos momentos mais delicados da minha vida e durante todo esse período de trabalho na dissertação, obrigado aos dois por acreditarem no meu potencial, por me impulsionar e fazer com que este sonho se tornasse realidade. A meu pai e a minha mãe é com orgulho que comunico que seu filho conseguiu! Amo-te, pai, amo-te, mãe!

À Eleneide de Oliveira Silva minha grande incentivadora, a mulher que sempre acreditou no meu potencial, que me fez enxergar o quão era possível alçar voos longínquos. Agradeço por fazer parte deste processo, pelos conselhos, pelas dicas, por estar comigo em todas as horas. Obrigado por toda ajuda e por ser compreensiva ao longo desses dois anos de batalha, vencemos juntos! Sou feliz por fazer parte da minha história, da minha vida. Elen é para mim uma grande mulher, guerreira, sagaz, inteligente, vencedora, amorosa. Com uma história de vida linda e que me cativa a cada dia em saber o quanto enfrentou as adversidades da vida e da sociedade até chegar onde chegou. Amo-te!

Agradeço ao grupo de pesquisa INTERFACES: Cultura, Ciência e Ambiente na Educação Crítica, grupo do qual faço parte e que possibilitou que surgisse em um momento criativo o pensar em um projeto para submeter à seleção de mestrado, partindo do projeto escolas sustentáveis que desenvolvíamos. Deixo aqui minhas saudações e agradecimentos a todos que fazem parte desse grupo de pesquisa e aos que contribuíram direta e indiretamente na minha trajetória, em especial agradeço a David Santana Lopes pelas contribuições na construção desse trabalho e a João de Araújo Ramos Neto pela grande amizade, pela parceria e pelas palavras amigas.

Agradeço a Ana Paula Guimarães e Fábio Pessoa Vieira, membros da banca da minha qualificação, pelas grandes contribuições para este trabalho. Agradeço a todos os membros da banca de defesa desta dissertação de mestrado, Fábio Pessoa Vieira, Hélio da Silva Messeder Neto, Izaura Santiago da Cruz, obrigado pela leitura criteriosa e contribuições valiosas para os ajustes finais deste trabalho.

A todos os meus amigos e incentivadores, os meus amigos “Zanos”, em especial a Luana Faria e Luiz Cordeiro Júnior, grandes amigos da vida e que foram pessoas ainda mais especiais ao longo desses dois anos, acolheram-me em tempos de grandes intempéries, sempre me dando bons conselhos, foram meus gurus na vida sentimental, na vida acadêmica e na vida profissional, obrigado por me acolherem em momentos felizes e nos momentos em que minha mente esteve tão confusa. Agradeço a Deus por ter pessoas na minha vida assim como vocês, inteligentes, com um coração lindo e generoso, o convívio que temos ao longo desses anos me ensinou muito sobre muitas coisas... Obrigado pela grande amizade. Amo vocês!

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Feira de Santana, por ser um veículo para a obtenção desse título, deixo aqui minha eterna gratidão a todos os funcionários da secretaria do programa que sempre foram solícitos e de grande gentileza em atender todas as nossas demandas. Muito obrigado por tudo!



*– Fiquem quietos – alguém disse. – Vamos ver o quão maluco este garoto realmente é.*

*Uma rajada repentina abafou suas vozes, tornando-se em seguida um vento constante. Ele arrancou minha camiseta e a zuniu pelos degraus da torre. Alcançando o lugar certo, removi um pedaço de fio dobrado que segurava a roda da máquina no lugar. Quando liberados, a roda e os braços começaram a rodar. Inicialmente, giraram devagar, depois cada vez mais rápido, até que a força do movimento que faziam balançou a torre. Meus joelhos tremeram, mas me segurei.*

*Não me decepcione.*

*Agarrei a vara e os fios e esperei pelo milagre. Finalmente, ele veio; primeiro, uma minúscula luz suave brilhou na palma da minha mão, e então um brilho magnífico surgiu. A multidão ficou ofegante e estremeceu. As crianças se empurraram para ver melhor.*

*- É verdade! Disse alguém.*

*- É – disse outro. – O garoto conseguiu.*

## RESUMO

A presente pesquisa contempla o estudo sobre como discursos que envolvem sustentabilidade e desenvolvimento sustentável (DS) são disseminados na produção acadêmica, relacionando com o que é preconizado na literatura da área de Educação Ambiental (EA) à luz da Teoria Crítica da Sustentabilidade. Para isso foi adotado o método qualitativo, contemplando uma pesquisa bibliográfica e uma revisão sistemática de literatura. O processo de organização do texto é monográfico e o argumento é sistematizado ao passo que os capítulos são construídos. Esse fio condutor nos guia para a reflexão sobre possíveis caminhos sinalizados pela produção acadêmica em EA para que tenhamos indivíduos que busquem soluções sustentáveis em relação à problemática ambiental, visando ampliar a compreensão sobre como os/as pesquisadores/as do campo da EA comprometem seus escritos acadêmicos com a possível formação de cidadãos/ãs críticos/as e socialmente conscientes da realidade socioeconômica e ambiental. As bases teóricas que sustentam a pesquisa são elementos da Teoria Crítica, cuja epistemologia permite a apropriação dos discursos e sua crítica, e não apenas reproduzi-los como se fossem a única possibilidade, associados à Teoria Crítica da Sustentabilidade. O objetivo geral é compreender criticamente de que modo determinados discursos no campo da sustentabilidade são legitimados. De forma específica, a presente pesquisa apresenta os seguintes objetivos: compreender como discursos em torno da sustentabilidade aparecem em textos acadêmicos publicados nos anais do Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA); identificar, através de categorias da Teoria crítica da sustentabilidade, se essas produções abordam a temática com enfoque crítico e emancipatório, considerando a dimensão temporal; analisar nesses artigos científicos discussões que contemplam os termos sustentabilidade, EA e DS, abordando-os em conexão com os conceitos de meio ambiente e natureza em uma linha crítica; estabelecer conexões entre as produções acadêmicas e os discursos críticos preconizados na literatura no campo da EA. Essas intenções de pesquisa mostram-se pertinentes aos questionamentos que motivam esta pesquisa, que envolvem a tentativa de problematizar determinados discursos que não reconhecem a complexidade do campo da EA e da problemática ambiental. Percebemos, por meio das análises, que os/as autores/as abordam o termo sustentabilidade de forma polissêmica, pois o empregam nas produções acadêmicas com sentidos e em contextos distintos que nem sempre revelam a complexidade que o termo carrega ao longo da sua construção.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade, Educação Ambiental, Teoria Crítica, Teoria Crítica da Sustentabilidade, EPEA.

## ABSTRACT

This research contemplates the study on how discourses involving sustainability and sustainable development are disseminated in academic production, relating to what is advocated in the literature on Environmental Education considering the Critical Sustainability Theory. For this, the qualitative method was adopted, including a literature search and a systematic literature review. The process of text organization is monographic, and the argument is systematized while the chapters are constructed. This guide leads us to reflect on possible paths signaled by academic production in Environmental Education so that we have individuals who seek sustainable solutions in relation to environmental issues, aiming to broaden the understanding of how researchers in the field of Environmental Education compromise their writings. academics with the possible formation of critically and socially aware citizens of the socioeconomic and environmental reality. The theoretical bases that support the research are elements of Critical Theory, whose epistemology allows the appropriation of discourses and their criticism, and not only reproduce them as if they were the only possibility, associated with the Critical Theory of Sustainability. The overall objective is to critically understand how certain discourses in the field of sustainability are legitimized. Specifically, the present research has the following objectives: to understand how discourses about sustainability appear in academic texts published in the annals of the Environmental Education Research Meeting (EPEA); identify through categories of the Critical Sustainability Theory if these productions approach the theme with a critical and emancipatory approach, considering the temporal dimension; analyze in these scientific articles discussions that contemplate the terms sustainability, Environmental Education and sustainable development, approaching them in connection with the concepts of environment and nature in a critical line; to establish connections between academic productions and critical discourses advocated in the literature in the field of Environmental Education. These research intentions are pertinent to the questions that motivate this research, which involve the attempt to problematize certain discourses that do not recognize the complexity of the field of Environmental Education and environmental issues. We realize, throughout the analysis, that the authors approach the term sustainability in a polysemic way, as they use it in academic productions in different senses and contexts that do not always reveal the complexity that the term carries along its construction.

**Keywords:** Sustainability, Environmental Education, Critical Theory, Critical Theory of Sustainability, EPEA.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD - Análise Crítica do Discurso

CEAs - Centros de Educação Ambiental no Brasil

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

COM-VIDA - Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida

Dra. - Doutora

DS - Desenvolvimento Sustentável

EA - Educação Ambiental

Eco 92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

ENCIMA - Grupo de Pesquisa em Ensino de Ciências e Matemática

EPEA - Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental

GDPs - Grupos de Pesquisa

MEC - Ministério da Educação

ONGs - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPGEFHC - Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências

PPGs - Programas de Pós-Graduação

SEC - Secretaria de Educação do Estado da Bahia

TEASS - Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana

UNEP - Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (tradução)

UNESP - Universidade Estadual Paulista

WWF - World Wildlife Fund

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	14
1.1 A PESQUISA	14
1.2 TRAJETÓRIA ACADÊMICA	15
1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA	18
1.4 RELEVÂNCIA DA PESQUISA	19
1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	20
1.6 FORMATO E ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	24
<b>2 TEORIA CRÍTICA E TEORIA CRÍTICA DA SUSTENTABILIDADE: FUNDAMENTOS PARA A ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE SUSTENTABILIDADE</b>	26
2.1 INTRODUÇÃO	26
2.2 SOBRE A TEORIA CRÍTICA	26
2.3 TEORIA CRÍTICA DA SUSTENTABILIDADE	31
2.4 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO	37
2.5 DISCURSO SOBRE A SUSTENTABILIDADE	40
2.6 IMPORTÂNCIA DA PROPOSTA CRÍTICA EM EA	48
<b>3 SUSTENTABILIDADE NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA: REPRESENTAÇÕES EM ARTIGOS PUBLICADOS EM ANAIS DO ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EPEA)</b>	52
3.1 INTRODUÇÃO	52
3.2 EPEA	53
3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	56
3.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO	59
<b>3.4.1 Contradições</b>	59
<b>3.4.2 Ideologia Dominante</b>	63
<b>3.4.3 Racionalidades Dominantes</b>	68
<b>3.4.4 Contexto social-histórico</b>	71
<b>3.5 Corpus de Análise</b>	78

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

81

#### **5 REFERÊNCIAS**

86

## 1 INTRODUÇÃO

Nesta seção apresentamos como a pesquisa foi realizada, explicitando como os dados foram produzidos e analisados, além de informar o motivo que nos levou a fazer uma pesquisa sobre a temática sustentabilidade, a qual, conforme será percebido no texto, foi objeto de interesse ao longo de nossa trajetória acadêmica. Mostramos que a Teoria Crítica se adequa à análise que esta pesquisa teve a intenção de realizar, bem como explicitamos a opção pelos pressupostos epistemológicos da Teoria Crítica da Sustentabilidade, por meio da qual pretendemos alcançar o objetivo geral e os específicos, que são descritos também neste capítulo. Justificamos, ainda, os procedimentos metodológicos adotados, o levantamento bibliográfico e a análise sistemática de literatura, bem como o método de análise do discurso, que é coerente com a visão crítica adotada na pesquisa.

### 1.1 A PESQUISA

Início fazendo um relato<sup>1</sup> sobre os acontecimentos da minha trajetória acadêmica que me aproximaram da temática da Educação Ambiental (EA) e Sustentabilidade, bem como despertaram o meu interesse por sua discussão a partir de uma perspectiva dos estudos críticos. Mesmo com as influências do positivismo e do pós-positivismo da época de graduação, não foi dificultoso me identificar com os referenciais da Teoria Crítica que conheci nas matérias da pós-graduação. Nessa trajetória, recorro às experiências em grupos de pesquisa, bem como às pesquisas desenvolvidas após a licenciatura.

Nesta seção tenho a intenção de mostrar o que julgo que foi relevante me apropriar para que pudesse desenvolver esta dissertação, e também o que me motivou a desenvolver uma pesquisa no campo da EA e o que me impulsionou a adotar uma perspectiva crítica e buscar determinados discursos sobre a temática. Ainda nesta seção apresento o estilo e o formato da dissertação, trago a abordagem metodológica, que teve grande valor por possibilitar perceber possibilidades ao trabalho, além de permitir que os resultados produzidos sirvam de inspiração para

---

<sup>1</sup> Este relato pessoal da trajetória acadêmica percorrida é apresentado na primeira pessoa do singular, enquanto no restante do texto é adotado o plural majestático.

trabalhos futuros, com novos questionamentos e reflexões diante dos temas abordados.

## 1.2 TRAJETÓRIA ACADÊMICA

A escolha da temática desta pesquisa não foi ao acaso, muito menos produto de um modismo. Ela decorre de uma inquietação que foi gerada ao longo dos anos da minha licenciatura em Ciências Naturais e da minha atuação como professor de Ciências no Ensino Fundamental e de Biologia no Ensino Médio. Impulsionado, inicialmente, pela necessidade de entender a natureza, os seus ciclos, a vida e sua organização, aos poucos o trabalho em sala de aula mostrou os caminhos que me levariam a perceber o quanto os temas ambientais e seus diferentes sentidos exerciam grande influência e motivação sobre mim. Questões como o desmatamento da Amazônia, da Mata Atlântica... a poluição dos rios, o lixo urbano e a energia nuclear, entre outros, despertavam interesse, questionamentos e posicionamentos. O fascínio exercido em mim pela ação de grupos ambientalistas que defendem a necessidade de salvar o planeta, a exemplo o WWF Brasil<sup>2</sup>, entre outros, que propõem a ruptura com as organizações imperialistas que visam a exploração da mão de obra humana e a natureza, com o tempo foi complementado pela inquietação. Na busca por entender algumas questões ambientais, participei do grupo de pesquisa Interfaces, coordenado pela Dra. Rosiléia Oliveira de Almeida, professora da Universidade Federal da Bahia – UFBA, o qual integra o Grupo de Pesquisa em Ensino de Ciências e Matemática (ENCIMA), cujas atividades envolveram várias visitas de campo à Ilha de Maré. Em cada visita, conhecíamos um pouco mais da ilha e aprofundávamos as pesquisas que estávamos a desenvolver, o que gerou a publicação de artigos e, ao final, a construção e publicação do *Caderno Ambiental Ilha de Maré, 2011* (ALMEIDA; NEVES, 2011).

Em uma nova reaproximação ao grupo de pesquisa, participei do projeto Escolas Sustentáveis, que busca conhecer escolas de Salvador que desenvolvem práticas de EA voltadas para a sustentabilidade e o protagonismo juvenil, como campo

---

<sup>2</sup> O WWF Brasil é uma organização nacional não governamental criada em 1996 (vinculada ao WWF Suíça) cuja atividade principal é buscar a conservação da biodiversidade no mundo e fornecer instrução quanto ao uso racional e benéfico dos recursos naturais. Disponível em: <[https://www.wwf.org.br/wwf\\_brasil/](https://www.wwf.org.br/wwf_brasil/)>. Acesso em: 18 nov. 2018.



de estudo, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC). Nesse projeto, ocorreu uma seleção das escolas onde as ações poderiam ser realizadas. As escolas contempladas para o desenvolvimento de ações eram instituições de ensino participantes do programa Juventude em Ação, que possuíam o selo da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA) e que estavam inseridas no programa de pesquisa e extensão Escolas Sustentáveis<sup>3</sup>. Esse programa visava conhecer, propor e agir diante dos desafios socioambientais. O principal papel da COM-VIDA é contribuir para um dia-a-dia participativo, democrático, emancipatório, animado e saudável na escola, promovendo o intercâmbio entre a escola e a comunidade (MEC, 2004).

Nesse grupo de pesquisa tivemos a experiência de visitar escolas da educação básica que promovem ensino voltado para a qualidade de vida dos alunos e das comunidades através de capacitação dos envolvidos para que a interação com o meio ambiente seja voltada para ações sustentáveis. O ENCIMA desenvolve atividades que possibilitam a capacitação acadêmica e profissional de estudantes de graduação e pós-graduação, adotando princípios éticos e metodológicos que favorecem o desenvolvimento de pesquisas consistentes. O projeto contemplou discussões fundamentadas na produção acadêmica da área de EA sobre possíveis transformações nas práticas de ensino para uma educação sustentável, contemplando os eixos currículo, gestão, espaço físico e relação com a comunidade. Um dos objetivos dessas reuniões era pensar em pontos que fizessem com que a EA conseguisse extrapolar barreiras, envolvendo comunidades e sociedades, para que todos os locais passassem a ser reconhecidos como ambientes de aprendizagem, proporcionando a reflexão em torno do processo de construção de sociedades sustentáveis em contextos sociopolíticos sempre complexos.

Após esse período de aprendizado tive a vontade e a oportunidade de participar do processo seletivo para ingressar no mestrado, sendo que desenvolvi meu anteprojeto com base no que havia aprendido na minha graduação e nas pesquisas do ENCIMA. Com aprovação, ingressei no mestrado do Programa de Pós-graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, vinculado à UFBA e à UEFS.

---

<sup>3</sup> São escolas que possuem uma compreensão de sustentabilidade ao manter relação de reciprocidade com o meio ambiente e ao desenvolver tecnologias que possibilitem compensar impactos em prol de garantir qualidade de vida não só para a geração presente, mas também as futuras. (BRASIL, 2013).

Através das matérias do mestrado consegui aprofundar as leituras de obras de teóricos que poderiam dar embasamento ao meu projeto, tive acesso a diferentes perspectivas teóricas no campo da epistemologia da ciência e a discursos que poderiam legitimar a construção do meu projeto. Entre os componentes curriculares destaco Referenciais Teóricos e Metodologia da Pesquisa em Educação Científica, pois possibilitou que eu tomasse contato com diversos paradigmas (positivismo, fenomenologia, interacionismo simbólico, marxismo, teoria crítica, pós-estruturalismo e pós-modernismo), contribuindo para o delineamento de meu anteprojeto de pesquisa. As leituras e os trabalhos realizados na disciplina ajudaram a sinalizar o que poderia ser ajustado no projeto e quais bases teórico-metodológicas poderiam dar suporte para o alcance dos objetivos da pesquisa.

Diante dos paradigmas estudados, julguei que seria mais viável para a minha pesquisa trabalhar numa perspectiva da Teoria Crítica de Max e Adorno, pois as leituras indicavam que os pressupostos teóricos que a sustentam são mais coerentes com as minhas intenções de estudo. A Teoria Crítica propõe um lugar da autocrítica do esclarecimento da sociedade, permitindo que as ações de dominação social sejam percebidas, evitando a reprodução constante dessa dominação. Essa formação crítica proposta pelos pensadores da Escola de Frankfurt pode ser entendida como um alerta à necessidade de superação das ordens instituídas. Nesse sentido, a Teoria Crítica visa fundamentar uma atitude crítica nos confrontos com a ciência e a cultura, apresentando uma proposta política de reorganização da sociedade, de modo a superar o que os autores “chamam de "crise da razão". Eles entendem que a razão é um elemento de conformidade e de manutenção do “*status quo*”, conforme sustentado pelo Funcionalismo, propondo, então, uma reflexão sobre essa racionalidade (HORKHEIMER, 1968 citado por GRUPO DE PESQUISA TEORIA CRÍTICA E EDUCAÇÃO<sup>4</sup>, 2015, p. 1, grifo do autor).

A aproximação com os construtos teóricos dos pensadores da Escola de Frankfurt instigou meu interesse, pois eles possibilitaram fazer recortes e alguns questionamentos diante de discursos que têm se mostrado como hegemônicos diante do cenário de discussões voltadas para a construção de uma sociedade sustentável. Nesta perspectiva, compreender conceitos da Teoria Crítica tornou-se ponto de partida para o andamento da pesquisa, pois me possibilitou ser capturado e

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.unimep.br/teoriacritica/index.php?fid=116&ct=2636>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

atravessado pelos discursos dos referenciais teóricos dessa teoria. Seguindo a linha do pensamento crítico, destaco como embasamento teórico que:

A gênese social dos problemas, as situações reais nas quais a ciência é empregada e os fins perseguidos em sua aplicação, são por ela mesma considerados exteriores. – A Teoria Crítica da sociedade, ao contrário, tem como objeto os homens como produtores de todas as suas formas históricas de vida. As situações efetivas, nas quais a ciência se baseia, não são para ela uma coisa dada, cujo único problema estaria na mera constatação e previsão segundo as leis da probabilidade. O que é dado não depende apenas da natureza, mas também do poder do homem sobre ela. Os objetos e a espécie de percepção, a formulação de questões e o sentido da resposta dão provas da atividade humana e do grau de seu poder (HORKHEIMER, 1968 citado por GRUPO DE PESQUISA TEORIA CRÍTICA E EDUCAÇÃO, 2015, p. 1)

Questionamentos na temática da EA e no campo da sustentabilidade possibilitaram emergir o interesse pela busca de como compreender os discursos, pois, ao persegui-los, passa-se a conhecer as bases que os legitimaram e os sustentam. Dessa forma, esse viés crítico conduz o pesquisador a trilhar um caminho em busca do desconhecido, em direção a novas reflexões e abordagens, a partir de novos olhares e recortes sobre a atividade humana, cujo grau de poder na construção da sustentabilidade é reconhecido.

### 1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA<sup>5</sup>

O objetivo geral desta pesquisa é compreender criticamente de que modo determinados discursos no campo da sustentabilidade são legitimados. Para atender este objetivo, recorreremos aos pressupostos teóricos de estudos da Teoria Crítica e da Teoria Crítica da Sustentabilidade. De forma específica, a presente pesquisa apresenta os seguintes objetivos: Compreender como discursos em torno da sustentabilidade aparecem em textos acadêmicos publicados nos anais do Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA); entender os pressupostos epistemológicos que sustentam diferentes abordagens que transitam na temática

---

<sup>5</sup> Finalizando o relato pessoal, a partir deste tópico usaremos a terceira pessoa do plural.

ambiental e discutir perspectivas de sustentabilidade, DS e EA através de concepções críticas. Identificar através de categorias da Teoria crítica da sustentabilidade se essas produções abordam a temática com um viés crítico e emancipatório, considerando a dimensão temporal; analisar nesses artigos científicos discussões que contemplam os termos sustentabilidade, EA e DS, abordando-os em conexão com os conceitos de meio ambiente e natureza em uma linha crítica; e estabelecer conexões entre as produções acadêmicas e os discursos críticos preconizados na literatura no campo da EA.

Inicialmente utilizamos pressupostos epistemológicos da Teoria Crítica como sustentação do estudo e, em seguida, delimitados elementos da Teoria Crítica da Sustentabilidade para dar conta dos referidos objetivos. Optamos por utilizar as lentes da Análise Crítica do Discurso (ACD), nas abordagens da temática Educação Ambiental (EA), sustentabilidade, desenvolvimento sustentável (DS), crescimento econômico, visando subsidiar metodologicamente a busca de compreensão de discursos nos textos publicados no EPEA a partir de uma visão crítica.

#### 1.4 RELEVÂNCIA DA PESQUISA

A pesquisa mostra-se relevante ao trazer um recorte crítico em uma temática que reconhecemos como pertinente, pois apresenta dimensões de grande abrangência, seja por conta da sua contribuição ao longo do processo histórico, bem como pelo surgimento de debates que fazem emergir possibilidades discursivas, além de visões críticas da realidade que podem desestabilizar determinadas estruturas.

Nessa perspectiva, esta pesquisa se inspira numa ideia emancipadora, na busca por padrões igualitários entre as sociedades, comprometida com o desenvolvimento da capacidade de questionar a forma com que os atuais modelos de vida são impostos à população. Dessa maneira, esperamos que esta pesquisa consiga contribuir na ampliação da compreensão do campo da sustentabilidade e da EA de uma forma crítica, para que, através deste olhar que traçamos, possam surgir novas pesquisas relacionadas à temática abordada. Assim, esperamos que este trabalho colabore com a ampla produção acadêmica já existente nesse viés crítico, contribuindo como uma referência consistente para outros estudos também comprometidos na tomada de consciência crítica pela sociedade, diante da chamada falsa sustentabilidade preconizada por setores desenvolvimentistas.

Setores econômicos da sociedade se apropriam do termo sustentabilidade e tentam mascarar seus produtos como sendo sustentáveis, quando verdadeiramente não são, apenas para obter vantagens ao passar a falsa ideia de serem empresas que preservam o ambiente e respeitam os valores éticos sociais. Trata-se de uma estratégia adotada para passar a imagem de uma empresa responsável e atenta aos valores socioambientais. No entanto, através da leitura crítica podemos reconhecer nessas práticas as reais intenções das empresas em obter lucro por meio da apropriação da terminologia sustentável. Após uma análise crítica destas práticas em nossa sociedade cabe a todos identificá-las, evitando promover essas empresas com a aquisição de seus produtos, bem como apoiar a ascensão das empresas realmente comprometidas com princípios de uma sociedade sustentável.

Este estudo reconhece que a seleção de recortes feitos aqui, bem como os resultados obtidos através deles, não podem ser tomados como definitivos, pois essa seleção pode ter excluído outras possibilidades de análise que também poderiam ser pertinentes. Cumpre salientar que estes recortes aparecem como relevantes na busca do alcance dos objetivos propostos aqui, o que possibilita um olhar diferenciado, uma abordagem nova na temática da sustentabilidade e EA crítica, ao se apoiar, especificamente, na Teoria Crítica da Sustentabilidade.

## 1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa insere-se na modalidade de levantamento bibliográfico (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014), que, através de suas características, permite trazer abordagens que atendam e sirvam de subsídios para o estudo, em especial que façam surgir possibilidades para alcançar os objetivos. Torna-se pertinente adotar esta modalidade de pesquisa do tipo bibliográfica, pois, segundo Gil (2002), esta perspectiva recorre a materiais já elaborados como livros, dissertações, teses e artigos científicos, que permitem ao pesquisador o acesso a uma série de fenômenos, a partir de pesquisas indiretas e de dados bem dispersos no espaço, algo que na maioria das vezes torna-se inviável quando busca-se pesquisar diretamente e construir esses dados. Segundo o autor supracitado, vale destacar que a manutenção da qualidade da pesquisa deve adotar critérios, dentre os quais ele destaca a importância em conhecer as condições em que os dados foram obtidos, fazer uma análise minuciosa e perceber se há contradições ou incoerências, bem como recorrer

a fontes variadas, fazendo comparação de informações ou confrontando-as. Nessa perspectiva, confrontar informações torna-se uma condição relevante para este estudo, pois possibilita conhecer diferentes abordagens sobre sustentabilidade.

A pesquisa bibliográfica empreendida serviu de referência para a discussão dos trabalhos do EPEA, submetidos a uma revisão sistemática de literatura, modalidade de pesquisa que “[...] propõe uma reconstrução do percurso conceptual e metodológico na escolha de fontes bibliográficas baseado em procedimentos rigorosos e explícitos para que os resultados não sejam incompletos, ineficientes ou, em última análise, sem validade científica” (CONTANDRIOPOULOS et al., 2010, citado por RAMOS; FARIA; FARIA, 2014, p. 3, grifo dos autores).

Parece pertinente fazer uma conexão entre os estudos bibliográficos e a revisão sistemática. Assim como os estudos bibliográficos, a revisão sistemática não visa reproduzir os discursos encontrados na trajetória da pesquisa, mas sim conhecê-los e analisá-los para que outras possibilidades possam vir à tona. Assim, o embasamento teórico da pesquisa permite ao investigador, através do domínio bibliográfico, aceitar, dialogar ou rejeitar o conhecimento já produzido. Essa compreensão vai ao encontro desta pesquisa, pois esse embasamento teórico permite conhecer os discursos em diversas produções teóricas, bem como as abordagens em que exista a possibilidade de serem silenciados, através do reconhecimento de pressupostos teóricos e paradigmáticos.

Esta pesquisa recorre, portanto, ao método qualitativo, pois, segundo Yin (2016), a pesquisa qualitativa pode envolver seja trabalho de campo seja análise de conteúdos de arquivos históricos. Dessa forma, a pesquisa desenvolvida dedicou-se à análise de conteúdos de arquivos dos trabalhos publicados nos anais do EPEA, acerca de concepções presentes nos discursos sobre sustentabilidade, tomados como dados históricos relacionados à abordagem do tema na temporalidade do evento. Destacamos que a escolha desse método não desconhece nem tampouco nega a importância das pesquisas quantitativas, mas, sim, reconhece que o método aqui selecionado é tido como pertinente para que os objetivos possam ser alcançados.

A pesquisa qualitativa é uma pesquisa interpretativa. [...] Com essas preocupações em mente, os investigadores identificam explicitamente seus vieses, valores e interesses pessoais em relação ao tópico e ao processo de pesquisa. [...] as questões éticas que podem surgir

também são elementos do papel do pesquisador. (CRESWELL, 2007, p. 188)

Assim, nossa pesquisa atém-se de forma mais ampla a aspectos qualitativos da realidade. O método qualitativo é tomado como importante para esta pesquisa tendo em vista que se pretende analisar discursos distintos que se apresentam nas temáticas da EA, sustentabilidade e DS. Segundo Creswell (2007), o processo da análise de dados consiste em extrair sentido, envolvendo a preparação para análise, conduzir análises diferentes, aprofundar-se cada vez mais no entendimento, e fazer uma interpretação do significado mais amplo dos dados. Para a análise dos discursos acerca da sustentabilidade, além dessa perspectiva do método qualitativo, recorreremos a pressupostos da Teoria Crítica, a qual, segundo Horkheimer (1968 citado por GRUPO DE PESQUISA TEORIA CRÍTICA E EDUCAÇÃO, 2015 p. 1) viabiliza a produção de questionamentos, bem como sua articulação com a produção de informações e a definição de estratégias de descrição e análise. Possibilita, desse modo, o enfrentamento entre a realidade estabelecida por setores com objetivos específicos de dominação e a tomada de consciência humana diante dessas ideologias para que o indivíduo consiga reconhecer o seu verdadeiro papel na sociedade.

Cumprе salientar que os procedimentos metodológicos descritos não foram tomados de forma antecipada, mas, sim, construídos no decorrer da pesquisa, com o avanço das leituras e a delimitação dos objetivos. O delineamento metodológico dependeu da apropriação dos pressupostos teóricos. Assim, vale ratificar que a presente pesquisa não adota a previsibilidade, mas, sim, busca conhecer diferentes discursos, fazer conexões inesperadas, bem como produzir questionamentos até mesmo das perspectivas que se apresentam como previsíveis e naturalizadas. Sendo assim, esse viés metodológico, atribuído a concepções da Teoria Crítica, nos faz desconfiar principalmente do que é apresentado como natural e supostamente inquestionável, por ser bem estabelecido.

A perspectiva crítica adotada possibilita questionamentos para superação de discursos tomados como definitivos. Nesse sentido, a compreensão de discursos, bem como das relações antagônicas que também são mantidas através deles, requer um aprofundamento histórico, cultural, político e pedagógico, para que os

questionamentos sejam relevantes. Cumpre salientar que esta seção traz pressupostos teóricos que alimentam a perspectiva da proposta do trabalho tendo em vista que assegura o rigor para os estudos críticos.

As referências teóricas utilizadas aqui foram adotadas a partir das experiências no decorrer das disciplinas do mestrado, as quais forneceram indicações bibliográficas, bem como a disponibilização de materiais, como artigos científicos e livros sobre a temática e a metodologia em questão. Constituímos essa dissertação através da busca por livros e artigos que atenderam uma série de critérios para a seleção durante o levantamento bibliográfico. Os critérios possibilitaram, dentre outras demandas, tentativas de conexão de cada capítulo com os objetivos propostos.

Para a pesquisa bibliográfica foram adotadas, a partir do referencial teórico, determinadas palavras-chave. Sendo assim, utilizamos como filtro, as palavras com as seguintes combinações: “educação ambiental crítica”, “desenvolvimento sustentável,” “teoria crítica”, “sustentabilidade”, envolvendo apenas artigos publicados em periódicos brasileiros. Foi feita a leitura de todos os resumos dos artigos que continham as combinações citadas e se enquadravam em uma perspectiva crítica. No que se refere à revisão sistemática, fizemos um recorte temporal utilizando os artigos publicados em anais do EPEA<sup>6</sup>, sendo utilizadas as duas primeiras edições do evento e as duas últimas edições. Adotamos, como critério de inclusão, os artigos do EPEA que apresentavam em suas palavras-chave os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Pois estas palavras apresentam uma grande polissemia ao longo de sua construção passível de serem analisadas. As leituras na íntegra dos artigos geraram a sistematização de informações, que subsidiaram a seleção de discursos em que se faziam presentes concepções cuja análise poderia contribuir para o alcance dos objetivos propostos.

Para a escrita do capítulo 2, partimos do acesso e leitura a artigos, selecionando aqueles que contemplavam discursos em EA e sustentabilidade numa perspectiva crítica, bem como aqueles que eram de pressupostos teóricos críticos, para que pudéssemos buscar subsídios para conhecermos como os discursos críticos se constituíam nesses artigos. Incluímos livros, capítulos de livros, dissertações, teses, artigos de revistas e artigos publicados nos anais do EPEA. A seleção dos livros

---

<sup>6</sup> Evento selecionado por ter grande representatividade no campo da Educação Ambiental no cenário atual. Mais esclarecimentos sobre a escolha deste evento serão apresentados no capítulo três deste trabalho.



partiu dos temas abordados que são pertinentes à presente pesquisa e a busca pelos resultados esperados. Estas referências funcionam como suporte teórico-epistemológico que subsidia a pesquisa, além de servir de inspiração para que fossemos perpassados por outros discursos, de forma contínua, o que fez surgir novos levantamentos, questionamentos e outras possibilidades.

No capítulo 3 foram analisados os artigos do EPEA, selecionados de acordo com os filtros supracitados. Ressaltamos que estas leituras tomaram como suporte a Análise Crítica do Discurso (ACD), que “é a análise das relações dialéticas entre semioses e outros elementos das práticas sociais” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 3).

Destacamos que a busca voltada a esta pesquisa vem em concordância com projetos de pesquisa desenvolvidos na Universidade como pesquisador na área e em grupos de pesquisas que abordam o tema sustentabilidade e Educação Sustentável, experiência que nos permitiu ser atravessado pelos diferentes enunciados, os quais foram, sempre que possível, submetidos a tentativas de conexões ou distanciamento diante dos objetivos da pesquisa, sempre buscando acionar o referencial teórico adotado.

Essas tentativas de relacionar as abordagens aos objetivos pretendidos, ao reconhecer os pressupostos epistemológicos das teorias e paradigmas, possibilitaram reconhecer as Teorias Críticas, em especial a Teoria Crítica da Sustentabilidade, como relevantes e inspiradoras na construção desta dissertação.

## 1.6 FORMATO E ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação apresenta-se como um estudo de caráter monográfico, formato em que o texto é organizado em capítulos. Esses capítulos trazem informações em extensão e características compatíveis para que seja viável ajustá-los posteriormente para publicação no formato de artigos. Assim, a modalidade de dissertação adotada tem por finalidade seguir todas as normas de produção de uma dissertação monográfica, mas que tem a intenção de produzir posteriormente artigos, o que possibilitará a socialização dos resultados da pesquisa na comunidade científica. O modelo tradicional de dissertação monográfica apresenta a possibilidade de publicação de apenas uma obra, a qual é baseada em um texto com um único fio condutor e partes interdependentes (BARBOSA, 2015).

Este trabalho é apresentado em três capítulos, organizados de forma interligada, os quais permitem responder aos objetivos propostos pela pesquisa. Nesta formatação, cada capítulo desenvolve suporte referencial para o desenvolvimento dos objetivos estipulados para a dissertação. A primeira seção, esta que estamos percorrendo, intitulada Introdução, apresenta, num primeiro momento, uma abordagem que traz um relato da trajetória pessoal, expondo as inspirações, inquietações, bem como as justificativas que possibilitaram o desenvolvimento da pesquisa. Junto a isso apresentamos o embasamento teórico que deu rigor à pesquisa, os objetivos que são desenvolvidos nas seções seguintes, além do formato e organização da dissertação. Cada capítulo é desenvolvido de forma a atender o objetivo geral da pesquisa com base nos seus pressupostos teóricos. Destacamos que há uma relação epistemológica entre os capítulos, pela qual estes se complementam diante do objetivo geral apresentado nesta primeira seção.

No segundo capítulo temos a intenção de fazer uma revisão bibliográfica que embasa essa dissertação, e para isso expomos a Teoria Crítica e a Teoria Crítica da Sustentabilidade e, dando seguimento, será apresentada a Análise Crítica do Discurso. No terceiro capítulo, de cunho analítico, apresentaremos a importância do EPEA, por que este evento foi escolhido, as análises e discussões diante da perspectiva crítica adotada, visando alcançar os objetivos pré-estabelecidos nesta pesquisa. Este último capítulo faz uma análise a partir de uma retomada das informações contidas nos capítulos precedentes visando estabelecer conexões entre eles, dando um enfoque nas análises dos textos do EPEA, para alcançar os objetivos e a conclusão da pesquisa. Serão analisados artigos publicados nos anais do EPEA, a fim de identificar os discursos sobre a sustentabilidade na EA e suas temáticas envolvidas, como o Desenvolvimento Sustentável. Esses discursos serão discutidos tendo como referência produções de autores acadêmicos, cujos discursos inserem-se na luta ideológica existente no próprio campo da Educação Ambiental para dominá-lo. Finalizamos a dissertação com as considerações finais, que têm a intenção de fazer uma síntese da trajetória da pesquisa e dos resultados, apresentando conclusões do estudo e possíveis implicações.

## 2. TEORIA CRÍTICA E TEORIA CRÍTICA DA SUSTENTABILIDADE: FUNDAMENTOS PARA A ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE SUSTENTABILIDADE

### 2.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo nos mostra a relevância da Teoria Crítica para todo o contexto social mundial, seu surgimento e seus ideais. Justificamos aqui por que esta teoria foi julgada adequada para o questionamento sobre os contextos sociais que a sociedade enfrenta e, também, a relevância da tomada de decisão por adotá-la na pesquisa. Em seguida, abordaremos a Teoria Crítica da Sustentabilidade e os seus pressupostos, que servem como elementos que embasam a crítica aos discursos empreendida nas análises, bem como referência para traçar alinhamentos e discordâncias de pensamentos entre os discursos analisados.

Aqui abordamos também a Análise Crítica do Discurso e como a sua utilização se torna pertinente para a pesquisa. Também neste capítulo trataremos um relato de como surgiu o conceito de sustentabilidade, como ele se disseminou na sociedade e como o discurso em torno dele foi se transformando e se tornando cada vez mais polissêmico.

### 2.2 SOBRE A TEORIA CRÍTICA

A Teoria Crítica surgiu nos anos de 1920, elaborada por um grupo de intelectuais alemães, mais precisamente em Frankfurt, onde foi fundado o Instituto de Pesquisa Social e criada a Revista de Pesquisa Social para a divulgação de suas obras. Entre os membros da chamada escola de Frankfurt destacamos Max Horkheimer, que foi diretor do instituto de 1930 a 1950, e também por ser autor de destaque com sua obra *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*, escrita em 1937, que influenciou o pensamento de grande parte do Ocidente a partir dos anos de 1940 com a sua teoria crítica que vislumbra sobre uma sociedade mais justa, por um viés cultural, social, político, filosófico e psicológico, rompendo com um olhar crítico da sociedade capitalista que seguia apenas um viés economicista das situações da sociedade e do homem.

Assim, a Teoria Crítica formulada pela Escola de Frankfurt tenta reinterpretar a crítica ao capitalismo, pois acreditava que a aplicação dos conceitos deveria ocorrer de acordo com a realidade que se observa, levando em consideração o contexto social, político, cultural e econômico. Nesse sentido, tem como um dos seus princípios a oposição à separação entre sujeito e realidade. Em outras palavras a teoria deve levar em consideração a realidade do sujeito, do seu contexto, da sua época, e de todos os fatores sociais vigentes. Diante deste pensamento, temos que a Teoria Crítica, postulada pela Escola de Frankfurt, se volta para o contexto de cada sociedade, apostando na construção dialética do conhecimento. Em seu artigo sobre Teoria Crítica, Terra e Repa (2011) nos explicam que a Teoria Crítica, conforme a proposta da Escola de Frankfurt:

Toma por objeto os princípios da Teoria Crítica, propondo uma reconstrução de sua história a partir da questão sobre o significado da ideia de "emancipação". Também aqui, sobretudo aqui, apresenta-se o momento em que a conceitualização dessa forma de teoria por parte de Horkheimer passa por um distanciamento em relação a Marx. Pois em Marx e no marxismo em geral, a emancipação significou, na maioria das vezes, a configuração de uma sociedade do trabalho, que tomava como central a crítica ao "trabalho abstrato", próprio da lógica de reprodução do capital. Já Horkheimer e, com ele, Adorno principiam uma forte crítica ao potencial emancipatório da categoria trabalho, cuja lógica é, então, aproximada à daquela da razão instrumental, conceito-chave com que ambos os pensadores buscam entender a realidade das sociedades capitalistas dos anos quarenta. (TERRA; REPA, 2011, p. 245)

O termo emancipação, em Horkheimer, é utilizado para visar a libertação não só das amarras econômicas, mas também a libertação do pensamento, a libertação cultural, psicológica, a transformação do ser que o faz crítico às perspectivas que provoquem qualquer tipo de dominação da sua realidade. Dessa forma, ele propôs “uma teoria da sociedade em totalidade que fosse crítica e dialética, de forma a fazer surgir as contradições da sociedade capitalista” (FARIA, 2014, p. 9). No jogo do mercado que busca a maximização do lucro, quem detém as riquezas é uma pequena minoria em detrimento de uma grande massa de trabalhadores, mas a Teoria Crítica propõe que, por meio da emancipação, se faça com que a sociedade tenha um olhar crítico para os mandos e desmandos dessa pequena minoria que detém um

determinado poder econômico e social. Assim, de acordo com essa perspectiva, seria necessária uma investigação de como as grandes organizações mantêm suas relações políticas com a sociedade, para que os indivíduos não pereçam diante das atrocidades que a ganância pelo lucro e a acumulação de capital podem cometer. A grande dificuldade em intervir diante dessas organizações é estar à frente no convencimento das pessoas de o quanto a teoria se aprofunda no sistema do pensamento humano, de o quanto as ideologias criadas por esse sistema estão arraigadas na cultura e na consciência dos indivíduos da sociedade. Desta forma podemos dizer que:

A distinção fundamental a ser feita quando se discorre sobre a Teoria Crítica refere-se aos seus vários sentidos. A crítica é muitas vezes considerada a partir de uma concepção destrutiva, como um *denuncismo*, e quando a mesma é pronunciada é porque tem o propósito de desqualificar, diminuir, prejudicar ou combater. A exigência de uma *crítica positiva*, em lugar de uma *negativa*, indica, desde logo, que a crítica também deve pronunciar a solução. Este *equivoco* de aparência inocente que habita o senso comum não apenas comete o erro de supor que a crítica já contém implicitamente uma solução pronta, qualquer que seja ela. Como desconsidera que sua formulação, por si só, já se constitui em um avanço teórico e prático. (FARIA, 2014, p. 11, grifo do autor).

O autor supracitado nos faz entender que, quando uma incoerência é apontada por um olhar crítico, ela instantaneamente já se torna passível de mudança. Embora a crítica sobre um determinado aspecto gere uma expectativa de solução, essa solução nem sempre acontece de forma imediata. Assim, às vezes não é possível corresponder às expectativas de alguém que adota um viés teórico diferente do que é adotado pelo viés crítico, pois não é possível crer que a crítica traga todas as soluções para os problemas por este viés apontado. Também não cabe esperar que o crítico “componha o estrito grupo de iluminados pelo saber utilitário, que seja um interventor – no mais das vezes autoritário – ou que possua uma sabedoria incomum e sobre-humana” (FARIA, 2014, p. 11). Exigir este tipo de postura nem pode ser considerado humano, pois sabemos que não existem seres superiores e que detêm todas as soluções para todos os problemas, apenas podemos olhar para os problemas com um novo olhar, com uma nova alternativa, para tentar minimizar disparidades extremas.

O termo “crítica” não é um rótulo para classificar pensadores insatisfeitos com a sociedade. Para Faria (2014, p. 11), “a Teoria Crítica pretende denunciar situações e fenômenos sociais a partir da constatação de que uma sociedade sem exploração é a única alternativa para que se estabeleçam os fundamentos da justiça, da liberdade e da democracia”. Em acordo com essa perspectiva, para termos uma sociedade sustentável é necessário que a sociedade, por completo, valorize as condições de vida de todos/as, preserve o ambiente de forma a garantir que a natureza possa continuar a existir, reveja os mecanismos de exploração que o capital mantém sobre a sociedade, para que os atuais padrões exploratórios não continuem a acontecer de forma livre e naturalizada pela sociedade.

Segundo Horkheimer (2010), o homem, inserido nesse sistema, traça uma luta conta si mesmo, pois essa sociedade o estimula a pensar e agir de forma individual e a valorizar o seu ego, o qual determina como o ser age em situações diversas diante de um sistema que não valoriza a coletividade.

A situação do homem numa cultura de autopreservação em função de si mesma; a interiorização da dominação pelo desenvolvimento do sujeito abstrato, o ego; a inversão dialética do princípio de dominação pelo qual o homem se torna ele mesmo um instrumento da mesma natureza daquele que ele domina; o impulso mimético reprimido, como uma força destrutiva explorada pelos sistemas mais radicais de dominação social. [...] exatamente porque toda vida hoje tende cada vez mais a ser submetida à racionalização e o planejamento, também a vida de cada indivíduo, incluindo-se os impulsos mais ocultos que outrora constituíam seu domínio privado, deve agora levar em conta as exigências da racionalização e planejamento: a autopreservação do indivíduo pressupõe o seu ajustamento as exigências de preservação do sistema. Ele não tem mais como escapar do sistema. (HORKHEIMER, 2010, p. 99-100).

Assim, o ser deve ir se ajustando ao sistema, e se tornando de forma compulsória uma massa de manobra do meio em que vive, pois se torna hiperestimulado pela forma de vida do mundo a sua volta, a qual, de certa forma, exige que cada sujeito haja e reaja de forma adequada diante de situações determinadas e de exigências estabelecidas pelo sistema dominante em questão. O simples ato de pensar e agir diferente, nesse contexto social, faz com que os indivíduos que não tenham um olhar crítico da realidade interpretem tais ações ou pensamentos como

algo que esteja fora do padrão, ou algo não aceitável. Uma pessoa que pensa diferente em uma sociedade cheia de padrões pré-estabelecidos se torna não aceitável por seus pares. Os pensamentos divergentes ou controversos não são aceitos e trazem dificuldades no convívio social, pois a sociedade impõe seus padrões e tem a expectativa de que as pessoas se ajustem a eles.

Como produto final do processo, encontramos o eu de um lado, que é o ego vazio de tudo “exceto da sua tentativa de transformar tudo no céu e na terra em meios para a sua preservação, e do outro lado uma natureza esvaziada e degradada a ser um simples material, simples substância a ser dominada” (HORKHEIMER, 2010, p. 102), processo sem nenhuma outra intenção do que a própria dominação. Horkheimer nos esclarece que a sociedade atual lida com a natureza como se ela fosse apenas instrumento para servir ao homem. A consciência de que o homem está acima de tudo e de que todos os elementos da natureza estão no mundo para lhe servir para em nossa sociedade. A era antropocêntrica está em pleno vigor, pois ela faz com que o sujeito pense que vive com a natureza a sua disposição, um pensamento que traduz a falsa realidade do indivíduo externo em um mundo com recurso a sua plena disposição, para uso ao seu bel prazer.

Dessa forma, transparece a intenção de que o papel do capitalismo posto em prática é tornar a propriedade e o lucro em algo que é decisivo para todas as tomadas de decisão, ou seja, o que não tem a função de promover o lucro não se torna importante para a sociedade. “Seus fundamentos estão embasados na tendência de o capitalismo instituir-se como sistema econômico totalitário, influenciando todas as dimensões da vida social e estendendo suas análises para o campo da ciência” (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, p. 3), pois os grupos dominantes têm a consciência de que o controle do meio científico é sinônimo de maior dominação e maior poder sobre a sociedade. Não é raro empresas privadas buscarem o controle dos segmentos da educação básica e superior no Brasil e no mundo, além de exercer controle em pesquisas científicas e desenvolvimento de novas tecnologias. Essas empresas têm intenção definida de manter o controle social sobre os indivíduos, não promovendo a emancipação destes, por reconhecerem que o conhecimento leva a libertação e a questionamentos dos padrões vigentes na sociedade.

O debruçar sobre o arcabouço teórico dos estudos críticos instiga e ao mesmo tempo deixa o leitor inquieto, pois nos faz perceber como determinados discursos são tomados como verdadeiros e, ao mesmo tempo, tornam-se insustentáveis quando

passam a ser conhecidos e questionados. Desse modo, a Teoria Crítica permitiu enxergar possibilidades num terreno anteriormente tido como bem estabelecido, ou melhor, fechado, como se o que estivesse explícito fosse a melhor alternativa. Essa capacidade de questionamento que aparece na Teoria Crítica torna-se pertinente para esta pesquisa, pois traz um arcabouço teórico que possibilita perseguir e conectar as temáticas de EA e Sustentabilidade, ambas em um viés crítico.

Através da Teoria Crítica acredita-se que é possível que os indivíduos desenvolvam uma autocrítica em relação à maneira em que vivem, como a sociedade exerce dominação sobre seu povo, como palavras e termos são usados para esconder ideias de dominação que são, dessa maneira, naturalizadas com o objetivo de não dar a oportunidade para que haja reflexão e questionamento, por exemplo, acerca de como alguns poucos grupos de pessoas em uma sociedade capitalista podem ter um grande acúmulo de bens em detrimento de uma grande maioria. Tal questionamento, que os indivíduos subjugados da sociedade podem elaborar, não interessa aos poucos que detêm os meios de produção e os mecanismos de controle social na sociedade capitalista, pois pode colocar em risco a sua autoridade sobre um mercado consumidor ativo. Em uma sociedade consumista, que não questiona as bases do modo de vida, torna-se mais fácil a manutenção das estruturas sociais que sustentam os grupos que detêm o poder econômico.

### 2.3 TEORIA CRÍTICA DA SUSTENTABILIDADE

A Teoria Crítica da Sustentabilidade se volta para a compreensão das mazelas da sociedade, sem deixar de evidenciar a perspectiva do ambiente, frente ao entendimento de que não é possível distinguir ser humano e ambiente. Ela concebe que o ser humano não é dominante no ambiente, apenas faz parte dele, sendo “necessário reconhecer o ser humano como uma espécie integrante da natureza, que possui especificidades próprias que o distinguem das demais” (LOUREIRO; ALBUQUERQUE; BARRETO, 2004, p. 12), mas, que essas características diferentes não o fazem ocupar a posição de entidade superior diante do ambiente em que vive.

A sustentabilidade, na perspectiva social, concorda com uma gestão pública mais eficiente, avaliando as tomadas de decisões em um contexto macrossocial, buscando, dessa forma, minimizar os danos aos ecossistemas. Podemos traduzir que, nesse viés, existe uma pluralidade em torno do discurso que tem por base reconhecer



e respeitar as especificidades de cada cultura, de cada local social. Ressalta, dessa forma, a importância de pensar em novas perspectivas e no ser humano. Para Coelho (2013, p. 12) “o conceito de sustentabilidade [...] pode potencializar a crítica ao conhecimento moderno, aos valores prevaletentes nas sociedades [atuais]”, o que pode provocar inúmeras transformações, as quais podem tirar a sociedade de um estágio letárgico diante das forças do modelo economicista que visa à acumulação do capital.

Assim, caberia à teoria crítica da sustentabilidade a difícil tarefa de tentar mostrar à sociedade que o atual modelo de economia visa privilegiar uma minoria em detrimento da grande maioria trabalhadora (COELHO, 2013). Para isso, estudos, como este que estamos desenvolvendo, tentam fomentar o conhecimento sobre essa teoria para que se possa divulgar amplamente na sociedade que precisamos romper com o paradigma do capital e com o modelo economicista.

Diante dessa perspectiva, Coelho (2013, p. 15) destaca que o capital apresenta o entendimento claro de que, em uma sociedade capitalista, os indivíduos dependem dele para sobreviver em um mundo competitivo, de forma que “as decisões organizacionais, geralmente direcionadas à dimensão econômica, desencadearam ou agravaram os desafios socioambientais”. Então, fundamentamos nossas reflexões nessa teoria, comprometida com a superação das injustiças e a emancipação dos sujeitos.

A Teoria Crítica da Sustentabilidade deve se fundamentar na busca incessante das contradições sociais, relegadas a um plano secundário pela teoria tradicional, procurando identificá-las com o objetivo essencial de compreender aquilo que tal teoria esconde ou ideologiza. Tal teoria não se posiciona contrariamente a políticas, programas e medidas que visem verdadeiramente à sustentabilidade, mas visa apontar seus limites, problemas e contradições. A Teoria Crítica da Sustentabilidade deve expressar a emancipação dos sujeitos do trabalho, promovendo a conscientização crescente da necessidade de uma sociedade em que os interesses coletivos prevaleçam sobre os particulares e em que os indivíduos sejam sujeitos de sua própria história, escrevendo-a coletivamente. Tratar criticamente o real é questionar se as ações sociais tradicionais não são meras atitudes remediadoras, é indagar sobre os atos dos sujeitos que têm como objetivo atender interesses de grupos específicos na estruturação do poder. (FARIA, 2014, p. 12-13).

O sistema tenta manter uma sociedade consumista, pois o seu declínio não é interessante para esse modelo de mercado. A manutenção do poder aquisitivo da sociedade e o hiperconsumo tornam-se condições para vendas atrativas para os idealizadores das sociedades capitalistas. Uma forma de contrabalancear os problemas que a estrutura do capital gera, na atual sociedade economicista, e ao mesmo tempo manter funcionando a engrenagem do mercado de produção é fomentar a atitude consumista.

A Teoria Crítica da Sustentabilidade, segundo Faria (2014), almeja de certa forma a pulverização das metrópoles, ou seja, uma melhor distribuição geográfica, o uso de manejos agrícolas sustentáveis, ou seja, que não impactem na saúde humana e na qualidade do ambiente, o uso sustentável dos recursos das florestas, com “respeito aos diferentes valores entre os povos”, “compatibilidade entre padrões de produção e consumo”, e “equidade na distribuição de renda e diminuição das diferenças sociais”. (FARIA, 2014, p. 17). Dessa forma, posiciona-se para que a prática da sustentabilidade seja garantida pela tomada de decisões democrática e consciente, pelo respeito aos limites da natureza, pela valorização dos sujeitos sociais, não visando a lucratividade e acumulação de bens em detrimento da maioria, pelo respeito às diferenças culturais existentes nas sociedades. Para se alcançar essas dimensões, Faria (2014) estabelece sete princípios teóricos e práticos em que a Teoria Crítica da Sustentabilidade se fundamenta com vistas a alcançar seus objetivos.

I. Contradições: os fatos se transformam. As aparências nem sempre denunciam as mudanças das essências. Todas as ações e políticas de sustentabilidade necessitam considerar a dinâmica contraditória da realidade;

II. Ideologia Dominante: a ideologia torna parcial a consciência dos indivíduos em relação ao todo social. Nas propostas, projetos, políticas e concepções de sustentabilidade podem estar ideologias dominantes;

III. Racionalidades Dominantes: as racionalizações são capazes de convencer que práticas exploradoras, opressivas e preconceituosas sejam utilizadas quase que livremente. Concepções de sustentabilidade racionalizam as práticas, tendo como mote a necessidade de justiça social, distribuição de renda etc., sem questionar o modo de produção capitalista que promove estas “disfunções”;

IV. Contexto Social-histórico: cada contexto implica um conjunto de elementos singulares a sua época. Não é possível entender o desenvolvimento de um determinado fato social sem entender sua trajetória histórica. O desenvolvimento sustentável deve considerar: (a) As condições materiais existentes; (b) Os distintos graus de consciência política entre os diversos sujeitos, grupos sociais e comunidades; (c) Tanto os conhecimentos específicos sobre determinados assuntos envolvendo a questão da sustentabilidade (econômicos, sociais, culturais, técnico-tecnológicos, ecológicos, territoriais, biológicos, legais, pedagógicos, da saúde, entre tantos outros), como a condição de trabalhar esses conhecimentos de forma interdisciplinar; (d) Concepções éticas e morais diferenciadas.

V. Emancipação: é a busca incessante da autonomia do indivíduo e da sociedade, alimentada na capacidade de criar sua própria história, desempenhando papel ativo sobre os problemas relevantes de interesse coletivo. Uma sociedade emancipada é, antes de tudo, consciente da sua existência. Desenvolvimento Sustentável não é aquele que dá melhores resultados para a empresa ou que harmoniza a produção capitalista com a garantia de um ambiente saudável, mas aquele que emancipa cada sujeito e todos os sujeitos;

VI. Conscientização Individual e Coletiva: consciência significa estar ciente de si mesmo, das próprias percepções, sentimentos, emoções. A consciência individual fragmentada impossibilita o advento da consciência coletiva emancipada. Portanto, a participação da sociedade não se dá apenas como uma forma de luta ou de pressão organizada sobre os Governos (tendo em vista uma Política Pública), mas configura-se como condição interna de ação e elaboração sobre a condução de sua vida e da vida coletiva;

VII. Responsabilidade Coletiva: sustentabilidade não é apenas preservar os recursos ambientais, mas democratizar e coletivizar a responsabilidade por seu uso e conservação, tanto quanto coletivizar a produção das condições materiais de existência. Os interesses, em um ambiente sustentável, são os coletivos, definidos e realizados coletivamente.

(FARIA, 2014, p. 13-15)

A prática desses princípios estipulados pela Teoria Crítica da Sustentabilidade é conduzida pela intencionalidade de fazer com que cada coletividade seja crítica às realidades socioambientais, sendo, assim, capaz de produzir e conduzir a sua própria história, “consciente das suas responsabilidades e das suas atribuições coletivas” (FARIA, 2014, p. 13). Diante dessa abordagem, os questionamentos da realidade levam ao encontro do que a Teoria Crítica da Sustentabilidade chama de Emancipação, que visa tornar essas coletividades livres de qualquer tipo de dominação, seja ela econômica, política, social, cultural e/ou psicológica.

A partir desses sete princípios teóricos e práticos formulados por Faria (2014), em sua proposição da Teoria Crítica da Sustentabilidade, seria possível transformar a sociedade atual, que hoje se mantém dentro das amarras da dominação do poder de ideologias economicistas, em uma sociedade com indivíduos críticos a esses padrões estabelecidos e já naturalizados, permitindo o alcance da Emancipação. A emancipação se fundamenta em uma população politizada e atenta ao seu papel transformador dos referidos padrões estabelecidos e já naturalizados, com pensamento voltado para o bem coletivo e com atitude comprometida em desenvolver ações sociopolíticas para que possamos manter a vida humana no planeta Terra, respeitando os limites do ambiente, postura ética que tornaria possível uma sociedade com padrões mais justos e igualitários para todos os seres.

Diante deste panorama de dominação “o indivíduo vê-se completamente anulado em face dos poderes econômicos” (ADORNO; HORKHEIMER, 1947, p. 3). A sociedade economicista vem desempenhando esse papel de dominação com sucesso, sendo que a Teoria Crítica da Sustentabilidade tenta mostrar que esse viés privilegia poucos, no intuito de despertar o ser humano da letargia visando promover um olhar crítico sobre o seu modo de vida atual, que lhe é imposto. A sociedade tem elevado o poder sobre a natureza em padrões insustentáveis, promovendo seu desaparecimento em meio a todas as máquinas a que serve. O indivíduo sente-se promovido por alcançar um pequeno acúmulo de bens, que satisfaz ao seu ego. “Numa situação injusta, a impotência e a dirigibilidade da massa aumentam com a quantidade de bens a ela destinados, [o que] mostra como a submissão de tudo aquilo que é natural ao sujeito autocrático culmina exatamente no domínio de uma natureza e uma objetividade cegas.” (ADORNO; HORKHEIMER. 1947, p. 4). A mais clara e objetiva visão desse tipo de sociedade, que almeja tornar o indivíduo cego às atrocidades que esse sistema pode promover, torna o ser um mero expectador do que meio em que vive, não o deixando enxergar padrões diferentes que poderiam ser mais favoráveis para um modo de vida pautado em valores éticos e coletivamente satisfatórios.

Essa tendência torna uniforme todo o pensamento cético, mas, ao mesmo tempo executável do pensamento burguês, em destaque a “antinomia do rigor moral e da absoluta amoralidade”, sustentado pelo segmento da indústria cultural, que “mostra a regressão do esclarecimento à ideologia”. (ADORNO; HORKHEIMER. 1947, p. 4). A indústria cultural é um sistema criado pelo mercado produtor de bens e

pelos que têm interesse em que a sociedade se mantenha entretida com o consumismo e acúmulo de capital, dessa forma essa indústria mantém os indivíduos presos aos seus princípios. Ela faz uso da criação de novas tecnologias, de produtos sempre mais atualizados e tecnologicamente mais avançados, com a utilização de ferramentas midiáticas que hoje em dia têm grande penetração nos lares através da televisão, cinema, rádio, smartphones, redes sociais, internet, dentre outras. Trata-se do principal meio de divulgação de padrões que nos são impostos, através de filmes, propagandas e outros recursos que podem trazer várias mensagens implícitas, subliminares e explícitas de como os indivíduos devem se comportar como consumidores, como devem agir na sociedade, e até mesmo influenciar nos gostos de tudo que lhes é oferecido para consumo e entretenimento. O esclarecimento perpassa na compreensão dos artifícios adotados por essa indústria para ter sucesso na difusão das produções culturais, visando manter todas as pessoas entretidas e agindo conforme o resultado que esse sistema espera delas.

Assim, em acordo com o que até aqui discutimos nas teorias postas neste capítulo fica evidente que o termo sustentabilidade deve apresentar-se como algo que venha esclarecer e afetar de forma instrumental a sociedade, de mesma forma que todos os outros conhecimentos científicos das ciências tradicionais. “Para que [o conceito de sustentabilidade] se torne conhecimento emancipado para o indivíduo e para a coletividade, precisa fazer parte de uma práxis transformadora, em que a condição humana seja o fim em si mesma e não os interesses econômicos concentrados nas mãos de poucos” (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, p. 13). De forma simples e prática, trata-se de evitar que situações contraditórias dominem o cenário atual, pois “através do esclarecimento, a emancipação do ser deve promover a desbarbarização da vida humana na promoção dos valores sociais” (BARBA; SOUSA; ARAÚJO, 2015, p. 7).

A teoria crítica da sustentabilidade tem a intenção de fazer com que seus leitores façam uma autorreflexão crítica dos elementos que compõem a sociedade e de todos os fatores a sua volta. Dessa forma, nós acreditamos que, com essa forma de rever o mundo, pode ser possível que haja um desenvolvimento de consciência direcionada para o pensar coletivo, com embasamento na epistemologia proposta, levando para um caminho do ser que seja pautado em valores éticos e capaz de agir de forma política. Assim, são postos em prática os pressupostos críticos, possibilitando o pensar sustentável que contribua para que as pessoas se tornem

agentes transformadores da realidade, respeitando os valores sociais da coletividade e sendo autores de sua própria história.

## 2.4 ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

A Análise Crítica do Discurso (ACD) envolve a dialética e a semiose, além de fatores ligados às práticas sociais. Trazemos esse viés crítico para ajudar a busca pelo entendimento dos discursos e práticas que estão envolvidos nos textos analisados por este trabalho. A ACD vai nos ajudar nesse sentido, por estar comprometida com a compreensão dos processos de mudanças na rotina social, com foco na semiose e na dialética que provocam essas mudanças. A função da semiose diante das práticas sociais é regida pela análise, e o seu significado pode variar de acordo com o contexto. “A semiose inclui todas as formas de construção de sentidos – imagens, linguagem corporal e a própria língua.” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 2).

Partindo da compreensão de que as análises que serão feitas decorrem, muitas vezes, da descrição de contextos sociais, o que faz relevante a utilização da ACD para entendimento do que os textos analisados tentam nos informar sobre seus discursos e como veem a realidade, “o objeto de estudo de qualquer análise do discurso não se trata tão somente da língua, mas o que há por meio dela: relações de poder, institucionalização de identidades sociais, processos de inconsciência ideológica, enfim, diversas manifestações humanas”. (MELO, 2009, p. 3)

A ACD leva em consideração o contexto de todos os seres que estão inseridos em uma determinada realidade, desde as classes mais favorecidas no sistema até as menos favorecidas, sempre tentando problematizar por que motivo se tem essas distinções de classes, como se construiu esse modelo e qual o discurso que leva à perpetuação dessa dominação de uma minoria em detrimento da grande maioria. Dessa maneira, entende-se que:

A ACD é uma forma de ciência social crítica, projetada para mostrar problemas enfrentados pelas pessoas em razão das formas particulares de vida social, fornecendo recursos para que se chegue a uma solução. É claro que isso leva a uma pergunta: um problema para quem? Na condição de ciência social crítica, a ACD tem objetivos emancipatórios e focaliza os chamados “perdedores” dentro de certas formas de vida social – os pobres, os excluídos socialmente, aqueles

que estão sujeitos a relações opressivas de raça e sexo, e assim por diante. (FAIRCLOUGH, 2012, p. 6)

Assim, a ACD envolve uma perspectiva que coaduna com a Teoria Crítica e com a Teoria Crítica da Sustentabilidade, pois estão envolvidas nos mesmos processos de relação, com a reavaliação constante dos elementos que compõem a sociedade. Segundo Fairclough (2012), existem temas problemáticos que, por um viés crítico, podem sofrer mudanças, por serem facilmente contestáveis, sendo que a ACD está justamente disposta a mediar essas discussões que têm como pauta os problemas da vida social.

Podemos observar na sociedade que discursos economicistas colonizaram tanto o mercado privado quanto o setor público, sendo que essa dominação se perpetua em vários segmentos da vida humana. Para minimizar essas ações de dominação, a ACD se propõe a analisar os discursos e os fatores de influência que fazem com que essa dominação se naturalize, de certa forma impedindo que aconteça a emancipação para uma sociedade mais justa, com as pessoas conscientes das tomadas de decisões políticas e econômicas que influenciam a vida de todos. Quais barreiras devem ser rompidas para que se tenha uma efetiva tomada de consciência da população? Com que ferramentas essas barreiras podem ser rompidas? A ACD busca responder metodicamente essas perguntas.

Segundo Fairclough (2012), as barreiras para a efetiva tomada de consciência da população estão relacionadas com problemas na estrutura social, assim como com a diversidade semiótica nas ordens dos discursos. O termo obstáculo é usado por ele para determinar a existência de dificuldades para enfrentar os problemas de dominação, a qual influência nas formas de interações na utilização da linguagem. “Isso significa que devemos analisar as interações. A palavra *interação* é usada aqui em seu sentido amplo: a conversa é uma forma de interação, como também um artigo de jornal é, embora os interlocutores estejam distantes no tempo e no espaço” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 7, grifo do autor).

Assim, também compreendemos como interações os escritos, os artigos científicos e as informações advindas dos meios digitais, meios esses que também são usados para divulgação de informações, de discursos que podem ser libertadores ou dominadores, sendo que também cabe à ACD analisar a semiose desses meios

de transmissão de discurso. Nessa concepção, vale ratificar que o discurso não é representado apenas pela expressão de palavras ou pela utilização de letras e frases, mas sim algo que está envolvido em uma trama de contextos.

Um dos aspectos que vamos analisar através da ACD é a relação de poder. Nessa perspectiva, o poder apresenta uma relação de interdependência com o saber, pois são indissociáveis: ao passo em que o poder produz o saber, o saber é entendido como a manifestação desejada do poder, de forma que a inexistência de um implicará na inexistência do outro. O poder não apresenta um lugar específico de manifestação e as relações de poder e resistência estão dentro das sociedades, entre os indivíduos, assim essas relações podem ser modificadas. Este é um dos motivos que permitem entender por que o discurso capitalista não deseja que a classe dominada tenha conhecimento, pois o conhecimento pode trazer a libertação, a emancipação.

Uma sociedade que questiona pode romper com a forma exploratória mercantilista de vida atual, que o capital mantém. Tentando rever esses conceitos “a ACD aborda a preocupação social, o posicionamento político favorável ao grupo social em desvantagem e a divulgação dos resultados de pesquisa como forma de alerta das práticas de abuso de poder”. (GUIMARÃES, 2012, p. 3)

A pesquisa tem como um dos seus objetivos servir como subsídio que permita contribuir no esforço teórico de conhecer e indagar as formações discursivas. Cumpre salientar que esses posicionamentos buscam, de certa forma, um alinhamento com o pensamento da Teoria Crítica e as concepções da Teoria Crítica da Sustentabilidade. A ACD permite trazer à tona e analisar discursos que não são revelados, ou melhor, que são silenciados no contexto da sociedade capitalista, buscando mostrar por quais motivos a sociedade capitalista tenta apagar ou silenciar o discurso de emancipação e manter o seu discurso imperialista a todo custo. A ACD como “ferramenta teórico-metodológica [...] situa-se no sentido de gerar caminhos para entender processos de mudança social em diferentes escalas”. (QUEIROZ; FREIRE, 2014, p. 9)

Tal análise, ao conhecer como os enunciados são constituídos e revelados nas formações discursivas que perpassam as relações de poder, faz surgir novas possibilidades de compreensão, bem como multiplica as relações dos campos discursivos. Na perspectiva desta pesquisa, esses pressupostos epistemológicos são aqui referidos como relevantes para que seja possível perseguir, indagar e fazer conexões críticas entre as abordagens em EA, a noção de sustentabilidade, a Teoria Crítica e a Teoria Crítica da Sustentabilidade.



## 2.5 DISCURSOS SOBRE A SUSTENTABILIDADE

O termo sustentabilidade tem seu sentido multiplicado a cada dia. É possível identificar historicamente a origem do seu uso no discurso em contextos distantes, mas o termo propriamente dito ganhou força em meados de 1970. Dessa forma, para conhecer a semiose desta expressão e a discussão em torno dela faremos aqui um relato histórico de seu surgimento até os dias atuais, mostrando como ao longo do tempo a expressão se tornou polissêmica.

Segundo Camargo (2016), desde que se tem conhecimento, do mundo antigo aos dias atuais, a madeira tem sido usada amplamente, na construção de casas, móveis, no aquecimento de residências em regiões frias, na confecção de ferramentas agrícolas, como combustível para cozimento de alimentos e/ou para gerar energia para veículos a vapor. É importante salientar que entre a Antiguidade e a Idade Moderna a madeira foi matéria-prima para aquecer e derreter metais, para construir armas e embarcações, o que teve grande importância para que determinados países se tornassem potências marítimas naquela época.

O conceito de sustentabilidade teve origem em épocas remotas, entre os séculos XVI e XVII. Na Província da Saxônia - Alemanha, surge, pela primeira vez, a preocupação pelo uso racional das florestas, de forma que elas pudessem se regenerar e se manter permanentes. O autor defende que o conceito de “sustentabilidade” seja proveniente da “silvicultura” (manejo de florestas) saxônica, mais precisamente do conceito alemão de *Nachhaltigkeit*, o qual entende que seja correspondente ao que hoje chamamos de sustentabilidade. Entretanto, essa visão não é consensual, uma vez que outros autores afirmam que os povos indígenas das mais diversas etnias ao redor do mundo sempre praticaram o que, tempos depois, convencionou-se a chamar de “cosmovisão” ou “sustentabilidade” (BOFF, 2012, citado por CAMARGO, 2016, p. 67, grifo do autor).

Até então, não se pensava no uso racional da madeira que a silvicultura<sup>7</sup> propunha. Dessa forma, houve a partir dessa nova ciência<sup>8</sup> a ideia de retirar da floresta

---

<sup>7</sup> Ciência que trata do cultivo, reprodução e desenvolvimento de árvores florestais. Disponível em: <<https://www.ipef.br/silvicultura/>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

<sup>8</sup> Novo no contexto na Alemanha do século XVI – XVII, mas segundo Boff (2012) os índios já praticavam a cosmovisão que hoje interpretamos ser o mesmo que sustentabilidade. Sendo assim, os alemães são criadores da literatura sobre a sustentabilidade, mas não os criadores das práticas da sustentabilidade.

apenas o necessário para o uso, com a preocupação de retirar uma quantidade que a floresta suportasse e, assim, conseguisse dar continuidade ao seu crescimento. Com essa nova epistemologia, o governo local fundou, na província da Saxônia – Alemanha, academias de silvicultura. Criadas em 1811, essas academias ofereciam um curso de nível superior que tinha como objetivo popularizar conhecimentos de como fazer o replantio em áreas de florestas que haviam sido desmatadas, de forma que a floresta conseguisse se regenerar e, assim, pudesse prover mais madeira para utilização futura. Para isso, essas academias admitiam alunos de toda a Europa, dos Estados Unidos e de outros países. Desta maneira, podemos dizer que essa forma de utilização da madeira envolvia a sua exploração racional, sendo que ela pode ser discursivamente nomeada de sustentável, embora atrelada a um uso instrumental e antropocêntrico da natureza exclusivamente para suprir necessidades humanas.

Segundo Grohe (2015), outros países adotaram as práticas da silvicultura e criaram cursos de nível superior nessa área, a exemplo de Portugal, que criou o curso em 1864. No Brasil, em 1960 foi criado o curso de Engenharia Florestal, na cidade de Viçosa, em Minas Gerais, sendo criados cursos equivalentes também em outros países.

Dessa forma, práticas alinhadas à ideia de sustentabilidade se mantiveram presentes ao longo do tempo em diversas sociedades, todas elas buscando compatibilizar a atividade econômica com a possibilidade de sua reprodução no futuro.

Em 1968, foi criado o Clube de Roma<sup>9</sup>, um grupo composto por autoridades, ex-chefes de Estados, cientistas e economistas que demonstravam, já naquela época, estar preocupados com o crescimento econômico e o consumo dos recursos de forma ilimitada. Em 1972, esse grupo publicou o relatório *Os limites do crescimento*, “que analisa os riscos que corre a humanidade, principalmente com a utilização descontrolada dos recursos naturais” (GROHE, 2015 p. 32), o que levou a discussões e reflexões no meio científico e na sociedade sobre como estava acontecendo a utilização dos recursos da Terra pelos seres humanos. A repercussão desse relatório levou a Organização das Nações Unidas (ONU) a se apoderar do tema, realizando em junho de 1972, em Estocolmo (Suécia), a “Primeira Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano” (AZEVEDO; SILVA, 2015, p. 8), que teve como resultado a

---

<sup>9</sup> Nossa missão é promover a compreensão dos desafios globais que a humanidade enfrenta e propor soluções por meio de análise científica, comunicação e defesa de direitos. **The Club of Rome**. Disponível em: <<http://www.clubofrome.org/>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA. A criação desse programa contribuiu para a construção de relatórios e gerou um ambiente que favoreceu a construção de ideais para uma sociedade que busca a utilização dos recursos de forma a garantir que esse uso seja limitado à capacidade do meio ambiente, resistindo-se a todo tipo de exploração que possa destruí-lo e, assim, dando possibilidade da sua total regeneração.

Em decorrência da conferência realizada em Estocolmo, houve em 1973 o uso pela primeira vez do termo ecodesenvolvimento, por Maurice Strong<sup>10</sup>, mas o termo foi aprimorado e fragmentado em diretrizes básicas na década de 1980, por Ignacy Sachs, que formulou seis aspectos que integrariam os conceitos vinculados ao significado do termo ecodesenvolvimento:

a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação<sup>11</sup> dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; f) programas de educação. (CAMARGO, 2003 citado por GROHE, 2015, p. 32).

Segundo Grohe (2015), os estudos voltados para se alcançar maior discernimento sobre os limites ao uso dos recursos da Terra tiveram prosseguimento, sendo que ocorreu em 1984 uma conferência que criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Durante três anos essa comissão analisou dados e pesquisou questões sobre a utilização dos recursos do planeta, em atividades como suprimento de água, instalações sanitárias, educação, crescimento

---

<sup>10</sup> Foi o primeiro diretor executivo do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (UNEP). Sua biografia está disponível em: <<http://www.mauricestrong.net/index.php/short-biography-mainmenu-6>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

<sup>11</sup> “Os termos conservação e preservação são muitas vezes usados para significar a mesma coisa, mas na verdade expressam ideias que têm origem em raízes e posturas distintas. Conservacionismo e preservacionismo são correntes ideológicas que representam relacionamentos diferentes do ser humano com a natureza”. Conservação, nas leis brasileiras, significa proteção dos recursos naturais, com a utilização racional, garantindo sua sustentabilidade e existência para as futuras gerações. Preservação visa à integridade e à perenidade de algo. O termo se refere à proteção integral, à intocabilidade. A preservação se faz necessária quando há risco de perda de biodiversidade, seja de uma espécie, um ecossistema ou de um bioma como um todo. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/colunas/suzana-padua/18246-oeco-15564/>>. Acesso em: 19 abr. 2019

urbano, oferta de serviços às populações, sempre dando foco às questões sociais. Finalizados os trabalhos, foi publicado em 1987 o relatório “*Nosso Futuro Comum*”, que foi organizado por Gro Harlem Brundland<sup>12</sup>, então primeira-ministra da Noruega. Esse trabalho, também conhecido como *relatório Brundland*, traz a concepção de que o “desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 49). Dessa forma, entende-se que esse conceito eleva a sociedade para o pensamento no coletivo, e não apenas na sua realidade individualista predominante. Horkheimer, em seu livro *Eclipse da Razão*, publicado em 1947, discute o aprisionamento da mente humana no mundo mercadológico, em que os indivíduos passaram a pensar no seu bem-estar individual e esqueceram a coletividade, feito esse atribuído à indústria cultural que prega o bem-estar individual acima de tudo. Assim, o conceito de sustentabilidade se alinha a uma perspectiva de busca do bem-estar coletivo, defendida pelo autor. No entanto, o conceito de sustentabilidade não problematiza a ordem socioeconômica vigente e as desigualdades sociais por ela geradas, que impedem a satisfação de necessidades básicas pelas pessoas que vivem na pobreza; mantém um olhar antropocêntrico em relação ao tema, desconsiderando os outros seres vivos como sujeitos de direitos; e também não questiona profundamente o consumismo que permeia as sociedades que se pautam na lógica de mercado.

Diante da preocupação com as questões ambientais, que permeiam e se intensificam no mundo atual, está o pensamento que tenta retomar a consciência humana através do viés da sustentabilidade, para que se tenha uma vida mais coletiva, pautada por valores de solidariedade e respeito ao ambiente.

O desenvolvimento sustentável deve se configurar em um novo paradigma de desenvolvimento e parte de uma base ética demandando uma solidariedade social e a necessidade de subordinação da dinâmica econômica aos interesses da sociedade e às condições do meio ambiente. Este paradigma ganha visibilidade e muitas são as contribuições teóricas que anseiam o seu entendimento e a consciência do seu uso, tornando-o cada vez mais possível e necessário. Porém, os mecanismos de mercado são inadequados para garantir a sustentabilidade. (AZEVEDO; SILVA, 2015, p. 8).

---

<sup>12</sup> Cria e lidera em 1987 a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento que teve como resultado o relatório *Nosso Futuro Comum*. Disponível em: <<http://www.who.int/dg/brundtland/en/>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

Ignacy Sachs propõe, em seu livro “*Desenvolvimento: includente, sustentável e sustentado*”, proposições para o desenvolvimento humano no atual cenário de globalização e de uma sociedade majoritariamente dominada por um sistema que prega o acúmulo de capital, envolvendo três aspectos: “social (includente), ambiental (sustentável) e econômico (sustentado)” (SACHS, 2008 citado por BRASIL, 2018, p. 1), com intenção de promover um desenvolvimento efetivo que seja capaz de romper com o ciclo vicioso de subdesenvolvimento e pobreza. Nesse sentido, é importante seguir um caminho em que políticas públicas, pautadas em premissas do desenvolvimento includente, sustentável e sustentado, sejam implementadas para que todos os indivíduos tenham, em “igualdade de condições, acesso a programas de assistência para deficientes, para mães e filhos, para idosos, voltados para a compensação das desigualdades [...]” (SACHS, 2008 citado por BRASIL, 2018, p. 3). Também deve ser assegurado a todos o direito ao acesso à educação, segurança, saúde e moradia, sendo dever do poder público oferecê-los à população. Dessa forma, acredita-se que seja possível diminuir as desigualdades sociais, assegurando a sustentação da vida com o ambiente em harmonia, com uma melhor distribuição espacial dos recursos e das atividades desenvolvidas pela população e com uma distribuição de renda mais igualitária e justa.

Após a publicação do relatório *Brundland*, a ONU recomendou a formação de uma comissão, em 1989, para a criação de diversos documentos sobre contextos que envolvem o meio ambiente. Posteriormente, esses documentos foram aprovados em mais uma conferência mundial, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Eco 92, também conhecida como Rio 92, que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, em 1992. “Entre os documentos oficiais aprovados estão a *Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*, a *Convenção sobre Mudanças Climáticas*, a *Declaração de Princípios sobre Florestas* e a *Agenda 21*.” (CAMARGO, 2002, p. 54). Esses documentos têm como abordagem central princípios para uma sociedade mais justa e igualitária, buscando reconhecer os limites da Terra, a necessidade do uso dos recursos com base em um enfoque racional e sistêmico, a educação de qualidade para todos e o respeito às culturas das diversas sociedades.

Segundo Grohe (2015), no Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizado em 1992, foi produzido um

relatório com a visão desses grupos. Nesse documento, foi apresentada uma revisão do conceito de Desenvolvimento Sustentável, propondo-se sua substituição pela ideia de busca de construção de sociedades democráticas, mais justas e ambientalmente equilibradas. “Do mesmo modo, na década de 90 observaram-se deslocamentos da noção de *desenvolvimento sustentável* para a noção de *sociedade sustentável*, no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (TEASS).” (GROHE, 2015, p. 33, grifo do autor).

Essas mudanças de terminologia decorreram das críticas enfáticas que passaram a ser feitas ao conceito desenvolvimentista associado à terminologia DS.

Desenvolvimento sustentável é também ideologia, pois mascara e distorce o real ao fazer das suas ideias a versão dominante, mas não verdadeira de algo, e seu compartilhamento como necessidade central nos discursos empresariais demonstra como a ideologia se impôs ante a reflexão permanente e contínua da realidade, motivando justamente o aparecimento da sustentabilidade. O termo surgiu e ganhou força como forma de promover uma ideologia materializada em ações modestas para dissuadir a opinião pública, evitando que a realidade se apresente como ela realmente é. (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, p. 12).

Os críticos entendem que esse viés é completamente oposto ao conceito de sustentabilidade, pois o DS traz em seu cerne a busca pelo desenvolvimento em detrimento de qualquer que seja o aspecto a ele relacionado. Para esses críticos, não é possível um contexto de sustentabilidade que tenha como essência o desenvolvimento e sua perspectiva economicista, que desconsideram as dimensões social, cultural e humana.

“O termo sustentabilidade tem origem no Latim, nos verbos *sustentare* (manter) e *sustinere* (não deixar cair)”. (MALVEZZI, 2016, p. 2). Compreendemos que o termo tem intenção clara de expressar o sentido de manter algo por um longo período. No caso específico que estamos tratando, o termo se refere ao propósito de manter a vida na Terra. O uso da terminologia em questão teve ascensão no contexto da Segunda Guerra Mundial, quando a sociedade percebeu os sinais de risco ao ambiente físico. “Sustentabilidade era, nesse momento, uma forma de sinalizar o perigo iminente da contínua deterioração dos recursos naturais da Terra”. (MALVEZZI, 2016, p. 3).

Assim, construção da terminologia vem ao longo do tempo sendo moldada diante dos sinais que a sociedade emite e dos valores e contextos em que se insere. Dessa forma, entendemos que sustentabilidade e emancipação em conjunto são:

Como dois pilares interdependentes da existência do Homem e da sociedade. Aqui, a sustentabilidade é entendida como a possibilidade da permanência de ambos, sua continuidade. Emancipação é entendida como a vivência de sua condição ontológica de ser capaz de participar de seu próprio futuro. Ambas, sustentabilidade e emancipação cresceram em complexidade no contexto da sociedade globalizada. (MALVEZZI, 2016, p. 2).

Mesmo com o advento do termo sustentabilidade, que tenta promover a utilização dos recursos para uma possível manutenção de vida na Terra, em respeito aos valores éticos e socioambientais, a indústria capitalista, que usa da indústria cultural para persuadir a sociedade para os seus padrões pré-determinados, vem de forma explícita fazendo uso do termo sustentabilidade em seus produtos sem de fato serem sustentáveis. As empresas tentam passar uma ideia de que são ambientalmente justas para agregar valor aos seus produtos e ampliarem sua lucratividade.

O conceito de sustentabilidade não resistiu ao modelo capitalista, que passou a se valer e/ou incorporar o conceito para autenticar suas ações. A sustentabilidade passou a transitar entre diferentes matrizes discursivas sendo disputado ideológica e semanticamente. (CARVALHO, 2008, p. 51).

Dessa forma, atualmente o conceito de sustentabilidade vem sendo utilizado por diversos grupos da sociedade, sendo que setores conservadores o empregam com um sentido restritivo aos contextos presididos pelas relações econômicas, tirando proveito dele em benefício de seus interesses. Esse uso ideológico do conceito para fins estratégicos de mercado por certos grupos encobre o sentido emancipatório que o termo apresenta quando vinculado à construção de sociedades democráticas, justas e ambientalmente equilibradas. Dessa forma, evidencia-se uma disputa pela utilização

do conceito, explorando e ampliando sua polissemia de acordo com os múltiplos interesses e contextos em que é empregado.

Diante desta perspectiva, acreditamos que a Educação Ambiental Crítica segue uma linha de ideais emancipadores de uma educação coletiva e popular, rompendo com o sistema reprodutor de conhecimentos prontos e com interesses definidos e convocando o ser a assumir o seu papel mediador na construção social de novos conhecimentos, que levem o sujeito a ser protagonista no seu meio social.

A Educação Ambiental Crítica desempenha um papel chave de promover que nós, sujeitos, consigamos, diante de um sistema que nos bombardeia de informações mercadológicas e muitas vezes de forma implícita (que é uma das faces das ideologias dominantes), que seja possível ter um olhar crítico diante de tudo que nos é imposto para que sejamos capazes de perceber se estamos vivendo em prol de um pensamento individual e dominados por esse sistema opressor ou se estamos conseguindo ter um olhar crítico e um pensamento voltado para o coletivo e para o bem estar social.

Para que o sistema opressor seja enfraquecido é necessário aprender a questionar valores predominantes e modos de vida que nos são impostos nessa sociedade. Dessa forma, a educação é interpretada como “elemento de transformação social, movimento integrado de mudança de valores e de padrões cognitivos com ação política democrática e reestruturação das relações econômicas, inspirada no fortalecimento dos sujeitos, no exercício da cidadania”. (LOUREIRO, 2004, citado por SANT’ANA; LOGAREZZI, 2009, p. 4). Assim, acreditamos ser possível que a sociedade atual permaneça de forma duradoura e caminhe para ser mais justa e, nesse sentido, mais sustentável. “Sustentabilidade refere-se à qualidade de sustentável, isto é, de manter algo mais ou menos constante, ou estável, por longo período” (FERREIRA, 2012, citado por VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, p. 10). Esse viés, que tem suas bases no pensamento crítico, propõe que a sociedade passe por uma transformação, questionando os seus modos de vida e buscando uma sociedade “que compreenda natureza e sociedade como dimensões intrinsecamente relacionadas e que não podem ser mais pensadas [...] de forma separada, independente ou autônoma”. (CARVALHO, 2006, citado por SANT’ANA; LOGAREZZI, 2009, p. 4).

Para a construção de uma sociedade justa, como descrevemos, acreditamos que a educação ambiental precisa se orientar por princípios de um sujeito ético,



político e crítico diante das relações sociais que se impõem a ele, pautadas em padrões economicistas voltados ao acúmulo de capital e de bens. Esse sujeito não valoriza o ter, e sim o ser, sendo ambientalmente orientado com valores de solidariedade e responsável no seu papel diante da coletividade. Um ser político e engajado nas relações coletivas que a sociedade padece. Dessa forma, a proposta de se ter uma sociedade sustentável nos parece mais próxima e possível diante desse sujeito engajado em efetivas práticas que têm como razão de ser a consolidação de uma perspectiva de vida mais justa, pautada em valores de uma Educação Ambiental Crítica compromissada em promover a almejada sociedade sustentável.

## 2.6 IMPORTÂNCIA DA PROPOSTA CRÍTICA EM EA

A importância da aquisição de uma educação voltada para a construção de sujeitos críticos, ou seja, pessoas que são capazes de transformar a sua realidade de uma forma emancipada é bem fundamentada em artigos, dissertações, teses e na literatura atual, mas pouco difundida em suas práticas. Existe um grande número de leis e programas que tentam promover a Educação Ambiental no Brasil, mas existe uma necessidade de uma compreensão do que seria essa educação crítica e como fazer com que ela seja um instrumento de transformação.

EA (Crítica) pode ser compreendida como uma filosofia da educação que busca reorientar as premissas do pensar e do agir humano, na perspectiva de transformação das situações concretas e limitantes de melhores condições de vida dos sujeitos — o que implica mudança cultural e social. (LOUREIRO; TORRES, 2014, p. 14)

Segundo Loureiro e Torres (2014), o viés da EA crítica vincula-se com a Teoria Crítica, na qual reflexões e princípios epistemológicos estão ligados aos representantes da Escola de Frankfurt, que se desenvolveu ao longo da história, sempre buscando atuações transformadoras das relações sociais. Assim como a Teoria Crítica, a EA crítica propõe uma ótica interdisciplinar e problematizadora da realidade. Dessa forma, o indivíduo torna-se transformador e capaz de agir na

sociedade de forma ativa, consciente das relações entre a natureza e a sociedade, pois entende que faz parte da construção histórico-cultural da sua volta.

A EA crítica é reconhecida por desempenhar um papel de transformação dos indivíduos em seres conscientes da sua realidade, tornando a emancipação um dos seus objetivos frente a sociedade. Mas, segundo Dias e Bomfim (2011), a EA hegemônica ainda é a mais praticada em toda a sociedade, uma vez que “professores, estudantes de licenciatura e pós-graduação e a sociedade civil em geral, pouco ou nada conhecem desta proposta crítica.” (DIAS; BOMFIM, 2011, p. 2). Esse desconhecimento é notado tanto na prática como na produção acadêmica ao longo da história, sendo possível perceber que o campo da EA crítica alcançou menos projeção que a EA conservadora, que é a educação que não problematiza as questões ambientais e sociais que são inerentes à sociedade. Entendemos que a “EA-Crítica não é de fácil construção, necessitando de reflexões interdisciplinares, de diferentes campos, de conhecimentos históricos, políticos, econômicos, sociais; e não apenas os conhecimentos biológicos ou geográficos – tendência entre os educadores ambientais.” (DIAS; BOMFIM, 2011, p. 2-3).

Os discursos de EA não são homogêneos, diante da sua longa construção e das influências que vêm sendo incorporadas ao longo de sua história. Caracterizando a EA conservadora e a EA crítica podemos fazer a seguinte distinção:

Existem aqueles que reconhecem e disseminam a educação ambiental como uma aquisição de princípios ecológicos gerais, que desejavelmente levarão a mudanças comportamentais, esses traços podem ser atribuídos a uma educação ambiental conservadora. A educação ambiental [crítica] que divulga uma nova ética ambiental, baseada em ideais coletivos e sociais, visando uma redefinição das relações ser humano-natureza, a fim de romper com a ordem política, cultural, econômica. [...] Atributos de uma educação ambiental crítica. (DIAS; BOMFIM, 2011, p. 3).

Podemos perceber que as práticas da EA conservadora não levam os indivíduos a fazerem uma reflexão das suas práticas perante a sociedade em que estão inseridos, ou seja, agindo conforme o que lhe é imposto, de forma pré-determinada, não questionando, sem tomar nenhuma atitude para tomar consciência do domínio sobre seus atos, em um processo que levaria ao reconhecimento de

pertencimento de homem e natureza como protagonistas das intervenções. Nos deparamos com os limites dessa educação, pois, para que essas práticas sejam superadas, é necessário que os educadores se pautem nos ideais críticos e não em práticas estanques conteudistas que geralmente acontecem em projetos nas escolas, nas aulas, em empresas, todas práticas reducionistas desse modelo de educação.

Em oposição a estas concepções encontramos a EA crítica que tem por objetivo ter indivíduos capazes de interferir no ambiente a sua volta através de reflexões e postura ativa frente as questões sociais que os rodeiam. Seus ideais buscam formar seres transformadores da sociedade, pois acredita-se que essa transformação é consequência de pessoas conscientes e ativas na transformação de ambos, humano e sociedade.

A EA-Crítica deve considerar o olhar dos grupos envolvidos, ser interdisciplinar, posicionar-se criticamente, educar para a formação de cidadãos, ser uma educação política e estar em todos os espaços formais, informais e não formais. Uma educação ambiental crítica deve conchamar os excluídos dos processos básicos das tomadas de decisão a entrar no jogo, mais do que isto, deve lhes dar as condições de indicar e realizar mudanças a seu favor e da natureza. (DIAS; BOMFIM, 2011, p. 7).

A tessitura desse excerto nos esclarecem como podemos alcançar os ideais promovidos pela EA crítica. Corroboramos na ideia de uma EA “como práxis de intervenção pedagógica, criando o ambiente educativo de intervenção na realidade socioambiental como processo formativo de exercício de “cidadania planetária”, comprometida com a perspectiva local-global em suas inter-relações.” (GUIMARÃES, 2014, p. 8, aspas do autor)

Na sociedade é fácil encontrar movimentos preocupados com a qualidade de vida e o meio ambiente, pois esses aspectos têm boa aceitação pelos indivíduos de diversas sociedades, mostrando que uma parte significativa de pessoas idealizam o bem-estar social e uma harmonia com o ambiente e a natureza. Unindo essa perspectiva da dimensão social com os ideais da EA podemos corroborar com o conceito de que a EA “é apresentada como um possível campo do trabalho pedagógico que pode contribuir para engendrar mudanças culturais e sociais necessárias em nosso planeta.” (OLIVEIRA, 2008, p. 1). Nesse sentido entendemos

que “o saber ambiental é uma epistemologia política que busca dar sustentabilidade à vida; constitui um saber que vincula os potenciais ecológicos e a produtividade neguentrópica<sup>13</sup> do planeta com a criatividade cultural dos povos que o habitam.” (LEFF, 2009, p. 2).

A luta é para que produções no campo da EA crítica se tornem mais comuns, para que pesquisadores e professores se apropriem dos ideais que essa educação contra-hegemônica tenta difundir. Um dos passos mais importantes para que este cenário se transforme acontece ao passo que pesquisas que abordem a Teoria Crítica e a EA crítica sejam difundidas para a sociedade, fazendo que a curto e médio prazo possa se ter uma população consciente desses ideais de uma EA efetivamente transformadora, emancipadora e libertadora.

A partir desses princípios de tomada de consciência compreendemos que “o saber social emerge de um diálogo de saberes, do encontro de seres diferenciados pela diversidade cultural, orientando o conhecimento para a formação de uma sustentabilidade partilhada.” (LEFF, 2009, p. 3). Dessa forma, temos a união da prática de uma EA crítica que pode corresponder e alcançar os princípios de sustentabilidade que a sociedade carece.

---

<sup>13</sup> Neguentropia corresponde à negação da entropia, que significa, na biologia, função que representa o grau de ordem e previsibilidade existente num sistema. Elemento neguentrópico significa aquele que contribui para o equilíbrio e para o desenvolvimento organizacional

### **3 SUSTENTABILIDADE NUMA PERSPECTIVA CRÍTICA: REPRESENTAÇÕES EM ARTIGOS PUBLICADOS EM ANAIS DO ENCONTRO PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EPEA)**

#### **3.1 INTRODUÇÃO**

Neste capítulo foram abordadas abordagens referentes à sustentabilidade, razão pela qual também nos debruçamos sobre a temática desenvolvimento sustentável, que pertence ao mesmo campo semântico. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, que tem como objetivo compreender, a partir de uma visão crítica, como determinados discursos e significados aparecem em textos publicados em anais do Encontro Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA). Visa, ainda, entender os pressupostos epistemológicos que sustentam diferentes abordagens que transitam na temática ambiental e discutir perspectivas de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e Educação Ambiental à luz de concepções críticas.

O nosso compromisso é com uma educação que vise à sustentabilidade, entendida como aquela fundada em preceitos para uma formação crítica, transformadora e emancipatória. No entanto, vários discursos em torno da sustentabilidade visam interesses particulares, sendo os mesmos naturalizados e propagados pelas empresas e pelas mídias. Esses discursos ambientais excluem possibilidades críticas de abordagem dessa temática, as quais podem permitir outras compreensões.

A pesquisa envolveu uma análise sistemática de literatura, buscando compreender como pesquisadores/as se apropriam do termo sustentabilidade em seus discursos e como essa ideia é empregada por eles/as para criticar contextos em que o tema desenvolvimento sustentável reforça a centralidade do crescimento econômico, o que vem sendo proposto desde o Relatório *Brundtland* (CMMAD, 1991) e ao longo dos documentos subsequentes.

Ao longo do texto, recorreremos a referenciais teóricos que trazem conceitos que possibilitam uma compreensão, por meio de um viés crítico, da relevância do questionamento dos sentidos em que os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável têm sido empregados por pesquisadores/as em Educação Ambiental.

### 3.2 EPEA

Segundo o site do EPEA<sup>14</sup>, o evento surgiu a partir de uma necessidade dos grupos de pesquisa (GDPs) em Educação Ambiental de divulgar os trabalhos e discutir as temáticas relacionadas à área. O primeiro encontro foi realizado em 2001, na cidade de Rio Claro, no Estado de São Paulo, promovido pela UNESP, e desde então acontece periodicamente no intervalo de dois anos. Desde o primeiro encontro o evento registra um número crescente de participantes e de trabalhos submetidos e apresentados, configurando-se atualmente como um dos mais influentes no cenário nacional na abordagem de temáticas que envolvem pesquisa em Educação Ambiental e temas relacionados.

Embora a EA já tenha se difundido em quase todo o território brasileiro, poucos são os ambientes para compartilhar os conhecimentos e as produções da comunidade acadêmica da área. Assim, o EPEA surgiu como mais um espaço para que pesquisadores/as possam interagir, trocar conhecimentos e socializar e discutir os fundamentos, procedimentos e resultados das suas pesquisas. Segundo o site do EPEA,

São poucas as iniciativas de sistematização e reflexão dessa própria produção. Considerar, sistematizar e discutir os resultados dessas pesquisas permite criar mecanismos de socialização dos mesmos e contribuir, entre outras, para evitar interpretações ingênuas e perspectivas exclusivamente pragmáticas, muitas vezes presentes no movimento ambientalista em geral e, também, em iniciativas, projetos e programas em educação ambiental. (EPEA. Disponível em: <<http://www.epea.tmp.br/#apresentacao>>. Acesso em: 7 abr. 2019).

Em específico, o EPEA, segundo informações disponíveis no site, visa “Analisar e divulgar trabalhos [...]. Aprofundar as discussões e abordagens epistemológicas e metodológicas [...]. Identificar práticas de pesquisa em EA que vêm sendo

---

<sup>14</sup>Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. Disponível em: <<http://www.epea.tmp.br/#apresentacao>>. Acesso em: 7 abr. 2019.

desenvolvidas no âmbito de PPGs e em outros espaços institucionais e não institucionais.”.

Os trabalhos apresentados nos encontros são sistematizados e divulgados nos Anais do evento, o que permite que os discursos, materializados nos textos, possam servir de referência para outras pesquisas em EA. Esses Anais constituem a memória do EPEA, possibilitando que sejam desenvolvidos estudos que tomem o próprio discurso que circula no evento como objeto de investigação, conforme realizado na presente pesquisa.

O EPEA propõe a realizar a divulgação de trabalhos de pesquisa relacionados com a EA, fazendo uma imersão em abordagens metodológicas, além de discutir e analisar essas produções acadêmicas que estão sendo desenvolvidas em programas de pós-graduação de todo o país e outros espaços, cujos autores/as encontram no evento oportunidade para a discussão sobre a temática, a qual vem sendo tão debatida mais pouco instrumentalizada em nossa sociedade.

Ao longo de sua trajetória de realizações o EPEA, diante de sua dimensão, “toma como foco a relação entre democracia, políticas públicas e práticas educativas, considerando questões contemporâneas que atravessam tal relação e que encontram acolhida em diversos grupos de pesquisa do campo da educação ambiental no país”.<sup>15</sup> Também são debatidos referenciais e práticas relacionados ao tema desenvolvidos em outros países, uma vez que o evento conta também com a participação de pesquisadores estrangeiros.

O evento tem sua estrutura e atividades programadas como: mesas redondas, conferências, grupos de discussão e pesquisa, sessões de apresentação de trabalhos completos no formato de apresentações orais, palestras e eventos culturais. O público-alvo é composto por professores vinculados a programas de pós-graduação, grupos de pesquisa, professores da rede pública e privada, estudantes de graduação e pós-graduação, pesquisadores e profissionais vinculados ao campo da EA.

A cada edição o evento tem um número crescente de trabalhos inscritos e apresentados, além de registrar um aumento no número de participantes (Quadro 1), o encontro conta com participantes de todos os estados do país e atrai pesquisadores de outros países, especialmente da América do Sul. Com essa adesão nacional e

---

<sup>15</sup> Encontro Pesquisa em Educação Ambiental.  
Disponível em: <<https://nonoepea.webnode.com/>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

internacional o EPEA vem se tornando um dos maiores eventos no âmbito nacional, com reconhecimento internacional no campo da EA.

Quadro 1. Instituições, temas, número de participantes e número de trabalhos encaminhados para as diferentes edições do EPEA.

ANO	INSTITUIÇÃO	TEMA	NÚMERO DE PARTICIPANTES	NÚMERO DE TRABALHOS SUBMETIDOS	NÚMERO DE TRABALHOS ACEITOS
2001 I EPEA	UNESP RIO CLARO	Tendências e perspectivas	298	116	76
2003 II EPEA	UFScar SÃO CARLOS	Abordagens Epistemológicas e Metodológicas	280	140	72
2005 III EPEA	USP RIBEIRÃO PRETO	Práticas de pesquisa em EA	376	116	73
2007 IV EPEA	UNESP RIO CLARO	O Debate Modernidade e pós-Modernidade	266	226	87
2009 V EPEA	UFScar SÃO CARLOS	O Campo da Pesquisa em EA	238	170	90
2011 EPEA VI	USP RIBEIRÃO PRETO	Pesquisa em EA e a Pós-Graduação no Brasil	152	167	87
2013 VII EPEA	UNESP RIO CLARO	Problematizando a Temática Ambiental na Sociedade Contemporânea	302	176	106
2015 VIII EPEA	UNIRIO RIO DE JANEIRO	Avaliação da década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e perspectivas futuras	500	167	117
2017 IX EPEA	UFJF JUIZ DE FORA	Democracia, políticas públicas e práticas educativas	392	170	128

Fonte: Site do EPEA. Acesso em: 12 fev. 2019.



O evento fomenta, nas instituições que o sediam, a importância da Educação Ambiental para a sociedade, bem como do debate em torno dos resultados das pesquisas desenvolvidas nesse campo. Os números revelam o quanto o evento cresceu ao longo dos anos, mostrando que a EA se encontra em ascensão. Nesse sentido, o evento é uma oportunidade para os/as pesquisadores/as aprofundarem a crítica ao modelo hegemônico de EA que tem permeado nossa sociedade, discutirem e proporem ideias alternativas para a implementação da sustentabilidade diante dos entraves que a sociedade capitalista nos impõe, fomentarem a ideia de sociedades sustentáveis.

Como o evento tem grande penetração no cenário acadêmico, através das suas publicações acadêmicas, que acontecem nos anais de cada evento, é possível perceber a crescente demanda de discussão em torno de trabalhos sobre as temáticas relacionadas à EA, traduzida no número crescente de pesquisas submetidas ao evento ao longo dos anos, o que torna esse espaço cada vez mais consolidado para o debate e proposição de possibilidades de aprofundamento e ampliação do conhecimento sobre as temáticas envolvidas.

### 3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção mostramos como foi realizado o levantamento bibliográfico para a construção do corpus da revisão sistemática. Delineamos a análise dos dados nas categorias da Teoria Crítica da sustentabilidade, abordadas no capítulo precedente, em alinhamento com o uso da Análise Crítica do Discurso, para que possamos alcançar um melhor resultado diante dos objetivos almejados. A análise se pauta nos pressupostos da Teoria Crítica e da Teoria Crítica da Sustentabilidade, já supracitada.

Foi feita uma leitura e análise minuciosa dos artigos a fim de identificar elementos das categorias pré-estabelecidas para a análise, bem como o alinhamento com referenciais teóricos que coadunam com os referidos discursos. Seguindo esses passos foi possível a conexão entre os discursos analisados e o alinhamento específico de cada tema pesquisado nas respectivas categorias de análise. Nessa perspectiva temos a intenção de confrontar discursos e compreender como diferentes

abordagens sobre a sustentabilidade são tratadas nas produções acadêmicas em análise.

A partir dos questionamentos e da definição das categorias analíticas que seriam adotadas, com base na Teoria Crítica da Sustentabilidade, foi feito um recorte temporal, no qual analisamos os artigos do EPEA das duas primeiras edições (2001 e 2003) e das duas últimas edições (2015 e 2017). Como critério de busca, foram incluídos na pesquisa os artigos em que estavam presentes, dentre suas palavras-chave, os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Inicialmente pesquisamos a primeira edição e a última para a análise, mas encontramos apenas um artigo na primeira edição do evento que correspondia ao critério de busca das palavras-chave e quatro artigos na última edição do evento, julgamos que desta maneira o corpus estaria limitado diante de analisar apenas um artigo da primeira edição do evento. Com a intenção de aumentar o corpus e ter uma análise mais satisfatória houve a necessidade de ampliar a análise para as duas primeiras edições, sendo encontrados 6 artigos e as duas últimas edições do evento no qual encontramos 9 artigos que correspondia aos critérios de busca. Para a análise desses artigos foram utilizados os elementos da Teoria Crítica da Sustentabilidade, que podem ser expressos em quatro categorias: **I. Contradições; II Ideologia Dominante; III Racionalidades Dominantes; IV Contexto Social-histórico.** Na categoria IV, houve uma compilação das vertentes Emancipação, Conscientização Individual e Coletiva, Responsabilidade Coletiva, as quais, em nossa visão, estão representadas nos artigos analisados de forma conjunta, pois, pela própria característica de investigação, elas são interligadas e, muitas vezes, indissociáveis.

É importante ressaltar que essas categorias foram enumeradas, mas não são em nenhum momento de caráter hierárquico, apenas utilizamos a enumeração para uma melhor organização. Assim, são categorias completamente independentes em suas concepções e em suas análises. Deixamos claro aqui que, apesar das categorias terem características independentes, optamos por compilar as três últimas por entendermos que desta maneira se torna possível uma melhor coesão textual e compreensão da análise, por terem características semelhantes.

O corte temporal se fez necessário, uma vez que o evento escolhido para análise já realizou nove edições e registra um grande número de artigos publicados em seus anais, além de termos o fator limitante maior que é o tempo hábil restrito para a produção deste estudo, que integra a dissertação de mestrado.

Obtivemos para a análise quinze artigos, selecionados conforme critérios expostos anteriormente. Estes artigos são identificados no Quadro 2, no qual eles estão codificados da seguinte forma: letra A, referente a artigo, seguida do ano de ocorrência do evento e de publicação dos Anais (2001, 2003, 2015 ou 2017) e do número de ordem do trabalho analisado, publicado em um dos Anais, antecedido de ponto (Ex: A2017.1, A2017.2, A2017.3, A2017.4).

**Quadro 2. Trabalhos do EPEA selecionados para análise.**

<b>Título do trabalho</b>	<b>Autores(as) (ano)</b>	<b>Código do trabalho</b>
QUALIDADE DE VIDA NA CIDADE: DO "KNOW-HOW" AO "KNOW-WHY" PASSANDO PELO "EMPOWERMENT" E "ACCOUNTABILITY"	Aurea Pascalicchio (2001)	A2001.1
A AÇÃO EDUCATIVA E O DESAFIO DA SUSTENTABILIDADE EM COMUNIDADES DO ENTORNO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ILHA GRANDE	Marilene de Sá Cadei (2003)	A2003.1
CAMINHADA INTERPRETATIVA NA NATUREZA COMO INSTRUMENTO PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Fábio Bueno de Lima, Micheli Kowalczyk Machado, João Luiz de Moraes Hoefel e Almerinda Antonia Barbosa Fadini (2003)	A2003.2
CENTROS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: MOVIMENTO SINGULAR OU PLURAL?	Fábio Deboni da Silva e Marcos Sorrentino (2003)	A2003.3
COMUNIDADES RIBEIRINHAS DO MÉDIO SOLIMÕES, IDENTIDADE CULTURAL E SUSTENTABILIDADE.	Lucilene Danciguer (2003)	A2003.4
AS IDÉIAS DE SUSTENTABILIDADE DOS ALUNOS DE UM CURSO DE BIOLOGIA	Simone Sendin Moreira Guimarães e Maria Guiomar Carneiro Tomazello (2003)	A2003.5
EDUCAÇÃO E MEIO AMBIENTE: A URGÊNCIA DE UMA UTOPIA VERMELHA E VERDE.	Marcos P. Barreto (2015)	A2015.1
UM OLHAR CRÍTICO SOBRE AS TENDÊNCIAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL FRENTE À CRISE DO CAPITAL	Jeniffer de Souza Faria e Elaine Coelho Cristóvão (2015)	A2015.2
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA INTERFACE DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	Letícia Freitas Azevedo e Silvana do Nascimento Silva (2015)	A2015.3

REFLEXÕES EPISTEMOLÓGICAS SOBRE A PUBLICIDADE SUSTENTÁVEL: PESQUISA DE TESE REALIZADA NA DÉCADA DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.	Dinair Velleda Teixeira (2015)	A2015.4
ELOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL: CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO CONTEXTUALIZADA NO SEMIÁRIDO PARAIBANO	Francisco José Pegado Abílio e Hugo da Silva Florentino (2015)	A2015.5
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA EXPERIÊNCIA DAS ECOVILAS: INTEGRANDO AS DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE	Maria Accioly Dias e Carlos Frederico Loureiro (2017)	A2017.1
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA	Jucilaine Neves Sousa Wivaldo, Suelen Ferreira Matoso Couto e Álvaro Ricardo Guerreiro (2017)	A2017.2
AS DISCUSSÕES ACERCA DA SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PERSPECTIVA INTERCULTURAL: ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA A PARTIR DO BANCO DE TESES DO PROJETO EARTE	Rejane Leal Candido, Camila Kazumi Kitamura Mattioli e Danilo Seithi Kato (2017)	A2017.3
ANÁLISE DA DÉCADA DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (DEDS) DA UNESCO A PARTIR DA LEITURA DA PEDAGOGIA DA AUTONOMIA DE PAULO FREIRE	Rafaella Uchôa; Leonardo de Castro e Celso Sánchez (2017)	A2017.4

**Fonte:** Produção nossa.

### 3.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

#### 3.4.1 Contradições

A categoria I Contradições visou identificar, nos artigos, concepções e discussões de ações políticas de sustentabilidade que remetem a essa categoria, por contemplarem discursos que levam em consideração a dinâmica contraditória da realidade. Essa categoria permite, assim, discutir as contradições do sistema economicista em sua instância social, relacionando com o modo de vida e existência dos indivíduos, bem como ressalta a importância desse viés crítico para entender a realidade que nos é imposta e, muitas vezes, ocultada por uma realidade aparente. A

Teoria Crítica tem a proposta de mostrar as “contradições, desvelando o real e mostrando que a aparência quase sempre não corresponde à essência” (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, p. 4). Diante desse viés, buscamos esse desvelamento da realidade, lançando mão da ACD na busca de compreensão de cada excerto selecionado para análise.

A autora de A2001.1 destaca que “o momento é de grandes mudanças de paradigmas onde a crença no paradigma do desenvolvimento econômico é questionado como se pudesse existir desarticulado com o bem-estar da população e seu comprometimento com o meio ambiente” (p. 6). Nesse trecho a autora de A2001.1 expressa a existência de questionamentos em torno do momento vivenciado atualmente pelas sociedades em que estas são instigadas ao contraditório em relação a visões autoritárias que reduzem a complexidade social à dimensão econômica.

Seguindo essa perspectiva, a autora de A2003.1 nos contempla com a ideia de que as realidades locais podem ser transformadas, quando questiona “como a EA pode contribuir na elaboração de um modelo local de sustentabilidade ambiental e cultural?” (p. 5), o que se completa na resposta apresentada em trecho subsequente, quando em sua discussão traz a importância do contraditório ao afirmar que “[...] isto permite remeter à questão do desenvolvimento, em suas variadas dimensões, à EA e dela fazer um importante instrumento de luta” (p. 6). No entanto, para que isso possa ocorrer, a Educação Ambiental terá que abarcar um conceito de ambiente que contradiga a ideia de natureza, apenas ligada à preservação de espécies animais e vegetais. Para isso é necessário o conceito de ambiente “ser discutido, adotado e divulgado, uma vez que o meio ambiente possui componentes físicos, químicos, biológicos, geográficos e ecológicos, mas é principalmente social e cultural” (p. 6).

Em acordo com esse tema, segundo os/as autores/as de A2003.2, a prática da EA está, dessa maneira, integrada à interpretação ambiental à medida que o envolvido descobre, vivencia, pode observar e questiona as informações oferecidas. Assim, os/as autores/as destacam que as informações precisam ser questionadas antes de serem legitimadas ou praticadas, estabelecendo, assim, a intenção de formar pessoas críticas, capazes de perceber contradições nas informações advindas de outrem.

A partir da consideração de que existem grupos sociais com visão conservadora da noção de sustentabilidade, o autor de A2015.1 relata que o seu artigo “discute a natureza da crise e a impossibilidade de construção de sociedades sustentáveis com a manutenção dos atuais padrões de produção, consumo e

distribuição de riquezas”. (p. 2). Diante desse argumento, é necessário considerar uma perspectiva crítica no campo da EA, o qual ainda está influenciado por discursos e práticas que conciliam acriticamente meio ambiente, capital e trabalho, com base em um falso conceito de sustentabilidade, sem que sejam percebidas as contradições subjacentes a esses discursos e práticas. A possibilidade de leitura crítica do discurso se faz presente quando identificamos determinados discursos que têm a intenção de promover uma visão ingênua e irreal da sociedade, questionando-os, como fazem o autor deste artigo. A ACD compreende que “a linguagem é um elemento básico, fundamental na vida social, [pois] permite entender de que modo os sistemas linguísticos funcionam na representação de eventos, na construção de relações sociais, na estruturação, reafirmação e contestação de hegemonia no discurso.” (QUEIROZ; FREIRE, 2014, p. 2)

É importante salientar que as autoras de A2015.2 evidenciam compreender as contradições envolvidas no emprego do termo sustentabilidade, em trabalhos situados nas diferentes vertentes da Educação Ambiental, ao afirmarem que “ao considerar a questão ambiental como um tema caro na sociedade contemporânea, acreditamos ser pertinente o conhecimento sobre as tendências em EA de forma crítica para compreender até que ponto estão voltadas para a sustentabilidade”. (p. 1). Como as autoras, consideramos que, através do viés crítico, podemos sair da zona de domínio de certos grupos da sociedade que seguem um modelo econômico desenvolvimentista insustentável, “baseado na primazia do mercado, exploração do trabalho, consumo exacerbado, produção de mercadorias obsoletas, individualismo e apropriação ilimitada dos recursos naturais, o qual tem provocado problemas ambientais que colocam em risco o futuro do planeta e da própria humanidade” (p. 2). Esse argumento permite ao leitor interpretar o quanto a sociedade, contraditoriamente, reconhece a importância da força de trabalho e a explora, ao passo que impede que os trabalhadores conheçam formas diferentes de interpretar e questionar a real função do seu trabalho.

Fazendo uma ponte com o conceito de DS, as autoras de A2015.2 ressaltam que na “perspectiva neoliberal o conceito de *desenvolvimento sustentável* assume um falso discurso, utilizando a noção de sustentabilidade para implementar ações insustentáveis,” (p. 6-7, grifo das autoras), o que faz com que seja apresentado “como um rótulo empresarial, como uma estratégia de marketing, como uma panaceia que legitima desmandos e atrocidades” (PINTO, 2002, p. 23) da sociedade capitalista.

Esse excerto nos revela a necessidade de se olhar os discursos e práticas de forma crítica, indo além das aparências, do uso ideológico, para evidenciar os reais interesses das pessoas e grupos que mobilizam o termo DS.

Os conceitos de DS e sustentabilidade algumas vezes aparecem atrelados nos discursos, mas temos que discernir que “há de se analisar o famigerado conceito de sustentabilidade que prega um desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto” (BOFF, 2012, p. 43), pois sabemos que, em seu cerne, esses conceitos são contraditórios, já que “sustentabilidade e desenvolvimento, na conjuntura capitalista, apresentam lógicas distintas e que [se negam mutuamente], ou seja, coletividade x individualismo, cooperação x competição, entre outros” (A2015.2, p. 9).

Sob os pressupostos da Teoria Crítica, o discurso do desenvolvimento sustentável apresenta-se como contraditório em si mesmo. O conceito surge em razão do processo de degradação econômica, fragilidade política e destruição da natureza, como tentativa de amenizar o gérmen do sistema de produção capitalista: exploração, destruição e alienação. (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT. 2012, p. 12).

Saindo do contexto do discurso em que, aparentemente, se faz enxergar sociedades fabris, mercantilistas e com características de cidades populosas, em A2015.3 as autoras trazem em seu texto uma abordagem do tema sustentabilidade em uma sociedade rural. Como as escolas dessas regiões identificam e tratam esse tema? “No contexto rural, faz-se necessário identificar de que forma as escolas têm tratado esse tema, o qual por si só é relevante e complexo, haja vista que é necessária a orientação adequada para permitir a sustentabilidade dos recursos naturais e do próprio meio ambiente” (A2015.3, p. 6). Fundamentando essa perspectiva, é importante ressaltar que a ascensão do desenvolvimento rural sustentável, comumente apresentado como um avanço, também envolve contradições, podendo beneficiar organizações, e não necessariamente os agricultores, conforme enfatizado no seguinte excerto:

Atuação e diretrizes que sejam: tecnicamente viáveis;  
economicamente rentáveis; socialmente equitativas;  
institucionalmente executáveis; ambientalmente sustentáveis.

Também cita os desafios para se tirar a agricultura familiar da penúria: romper com os relacionamentos excludentes, mudar a cultura política, modernizar as instituições, construir modelos decisórios locais participativos e promover um clima de aprendizagem contínua e de informação entre as organizações. (JARRA, 1998 citado por A2015.3, p. 7)

Embora seja um discurso que claramente expõe a necessidade da busca do contraditório da realidade imposta por poderes autoritários que visam à exploração da família em detrimento de seus lucros, não apenas em cidades, mas também em regiões rurais, é importante que a sociedade tenha igual consciência de o quanto estão à disposição dessas forças autoritárias quando aceitam certos discursos que tentam conciliar viabilidade técnica e rentabilidade econômica com superação de desigualdades sociais e sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, é necessário questionar os discursos e suas nem sempre aparentes contradições para uma efetiva compreensão da realidade na qual estamos todos/as inseridos/as.

### 3.4.2 Ideologia Dominante

Na categoria II Ideologia Dominante partimos da compreensão de que a ideologia torna parcial a consciência dos indivíduos em relação ao todo social. Nessa categoria temos como objetivo analisar se as propostas, projetos, políticas e concepções de sustentabilidade apresentadas nos artigos, trazem, de forma implícita, ideologias dominantes. Aqui a Ideologia Dominante é compreendida como ente imaginário, o qual é transformado em um recuso de dominação e poder para o controle do capital sobre o trabalho, porque, de certa forma, “intervém implicitamente em todos os juízos filosóficos da sociedade humana” (HORKHEIMER 2010, p. 14).

Em relação a essa categoria, constatamos que os autores de A2003.3 expressam de forma implícita uma ideologia dominante quando empregam o termo “nortear” como forma de expressar a necessidade de parâmetros e referenciais teóricos para subsidiar os Centros de Educação Ambiental no Brasil: “Se por um lado temos observado um “boom” de iniciativas de CEAs na última década no Brasil, por outro vislumbramos uma preocupante ausência de diretrizes básicas e de referenciais teóricos mínimos para **nortear** tais CEAs” (p. 3, grifo nosso). Nesse contexto, o uso do termo nortear, associado às lacunas teórico-conceituais presentes na EA



ressaltadas no discurso, pode ser interpretado como se houvesse, atualmente, uma dependência do campo a fontes imperialistas e dominantes. É dessa maneira que se impõe, de forma suave, o domínio cultural, de maneira que as pessoas não percebam o que estão consumindo... o real significado das palavras. Fazer uma ACD nesses contextos se faz importante, pois desta forma podemos nos contrapor à intenção de tornar hegemônicos discursos que nos remetem a uma fonte dominadora, que tenta impor pensamentos e conceitos de forma implícita aos indivíduos da sociedade. A ruptura com discursos dominantes é alcançada ao se desvelar o seu real significado e ao se propor outras ordens de discurso comprometidas com a superação da dominação, já que “um aspecto dessa ordenação é a dominância: algumas maneiras de construir sentido são dominantes ou estão em voga para certas ordens de discurso; outras são marginais, subversivas, alternativas.” (FAIRCLOUGH, 2012, p. 4)

Observamos, ainda, uma perspectiva ideológica implícita no seguinte excerto: “contribuir para a conservação da biodiversidade, para a autorrealização individual e comunitária e para a autogestão política e econômica, através de processos educativos/participativos que promovam a melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida” (SORRENTINO, 2000 citado por A2003.3, p. 2), uma vez que, segundo os pressupostos da Teoria Crítica, deve-se questionar que tipo de qualidade de vida se está falando. O conceito de ideologia dominante fica claro quando se usa o termo autorrealização individual e conservação da biodiversidade na mesma frase, sem problematizar em que medida são compatíveis. Segundo os pesquisadores do Grupo de Pesquisa Teoria Crítica e Educação (2015), nos pressupostos da Teoria Crítica da sociedade esse viés mascara o poder econômico dominante dos que o possuem, para que a sociedade continue sob os domínios imperialistas.

Seguindo o discurso de sociedades imperialistas, Ribeiro (1977 citado por A2003.4, p. 4) nos relata que “historicamente, a sociedade amazônica é dominada política e economicamente por relações de dependência, o patrão é um misto de dono, senhor e pai, os trabalhadores são um misto de servos, filhos e pedintes”. Esse relato nos mostra o quanto a sociedade padece na relação de exploração que existe entre patrão e empregado, mascarada de proteção. Ressaltamos que a autora de A2003.4 generaliza toda a sociedade amazônica, ao trazer essa citação, desconsiderando que há populações amazônicas que não mantêm relações exteriores a sua sociedade. No entanto, a autora percebe o discurso ideológico presente no texto citado, ao dizer que trata-se de uma “afirmação preconceituosa de que essas populações são pouco

afeitas ao trabalho, são acomodadas no assistencialismo e, portanto, incapazes de resistir ao movimento globalizante e excludente da economia mundial” (A2003.4, p. 2). De fato, corresponde a uma afirmação perversa e que não traduz a realidade dos povos ribeirinhos amazônicos, fazendo com que sejam inferiorizados nos padrões mercantilistas. Segundo Diegues (2000 citado por A2003.4, p. 2), “as comunidades tradicionais são tidas como sustentáveis do ponto de vista ambiental”. Com base nessa afirmação, a autora de A2003.4 destaca que as comunidades ribeirinhas vivem em uma relação com o ambiente em que utilizam apenas o essencial para sua sobrevivência e manutenção, excluindo as relações comerciais que visam acúmulo de bens em suas comunidades.

Na busca por discursos em torno de ideologias dominantes, constatamos que as autoras de A2003.5 discutem esse tema, conforme evidenciado no excerto em que elas alertam que “alguns políticos utilizam a expressão [sustentabilidade] como um *jargão* em suas campanhas, da mesma forma que empresas fazem marketing se autoproclamando sustentáveis de maneira enganadora [...]” (A2003.5, p. 3, grifo das autoras). As ideologias dominantes estão entremeadas em toda parte na sociedade, tornando difícil promover a tomada de consciência dos indivíduos em um contexto crítico. As autoras de A2003.5, com base em sua pesquisa com alunos do curso de Biologia em uma Universidade, nos mostram que “a maioria (76%) ainda acredita que a introdução de inovações tecnológicas pode reduzir as consequências negativas ao ambiente causadas pelo capitalismo” (A2003.5, p. 12). Esta é uma visão ingênua de sustentabilidade, pois, segundo os pressupostos críticos, o capitalismo está inteiramente relacionado com o uso e desenvolvimento de inovações tecnológicas, pois o mercado capitalista vive de inserir novos produtos no mercado para que as pessoas acreditem que necessitam desses produtos, fazendo, assim, girar um ciclo interminável da cadeia de consumo, inclusive de tecnologias.

O mercado insere produtos novos, mais tecnológicos, mais atualizados, em uma grande periodicidade no sistema, atrelado ao marketing que essas empresas fazem diariamente em redes de televisão, em outdoors, na internet e em vários outros meios midiáticos, que bombardeiam os indivíduos com a ideia de que eles devem comprar e se manter atualizados, uma propaganda que induz a ter, a acumular bens, a estar na moda, e essa realidade, sem um pensamento crítico, faz com que o mercado economicista se fortaleça.

Na pesquisa desenvolvida pelo autor de A2015.1, destacamos o discurso crítico à postura de muitos ambientalistas, que não percebem o caráter destrutivo de muitas transformações geradas pela reestruturação produtiva e pelo neoliberalismo, quando afirma que: “Contra a expectativa, algo conformada, de amplos segmentos do campo ambientalista, que mesmo (parcialmente) críticos à lógica capitalista, parecem acreditar na possibilidade de dotá-la de uma sensibilidade social e ambiental de modo a transitarmos pacificamente para um modelo de ‘desenvolvimento sustentável’ [...]” (p. 2, aspas do autor). Nesse excerto é possível perceber o quanto o discurso do capitalismo e do crescimento ilimitado pode ser inadvertidamente propagado por ramos ambientalistas, ao assumirem de forma ingênua a ideia de desenvolvimento atrelado ao conceito de sustentabilidade. Anteriormente, discutimos que não é possível ter um DS sensível ao social, pois este sistema visa à exploração dos indivíduos e ao crescimento, em detrimento de quaisquer que sejam os entraves sociais ou ambientais.

Seguindo a análise, ressalto em A2015.4 o discurso de que “[...] está entre os objetivos da EA: desenvolver a compreensão integrada do meio ambiente para fomentar novas práticas sociais e de produção e consumo”. (p. 5). Corroborando com essa perspectiva, a autora evidencia em sua pesquisa que os seus objetivos são:

Avançar a partir das premissas: a) a comunicação publicitária com foco na sustentabilidade tende a ser desenvolvida para atender valor estratégico de mercado e a se manter somente no nível discursivo, dissociada das práticas organizacionais. b) a publicidade é a ferramenta mais poderosa para despertar desejos de consumo, alterando hábitos e a cultura da sociedade, ou, segmentos desta. (A2015.4, p. 5)

O discurso da autora evidencia que a publicidade utiliza meios para estimular o consumo, alterar hábitos e a cultura de uma sociedade, prevalecendo em seu texto a intenção de criticar as estratégias de mercado que buscam manter a dominação sobre a sociedade através do consumismo. Identificamos que ela se posiciona contra a forma ideológica em que o conceito de sustentabilidade é apropriado pela publicidade.

Os/as autores/as de A2017.2 afirmam que “é possível compreender que desenvolvimento sustentável é um padrão a fim de agregar economia à sociedade e

ao meio ambiente, ou seja, ação necessária para conciliar crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental” (p. 3). No tocante a esse discurso, fica evidente, ao olharmos pelo viés crítico, que a expressão é usada de forma comprometida com o entendimento de que o “desenvolvimento sustentável é construído dentro dos limites da economia de mercado, que passa a oferecer soluções à crise ecológica e gera, evidentemente, uma falsa interpretação de sustentabilidade” (SOUZA, 2013, p. 17). Essa compreensão dos/as autores/as pode ser associada ao conceito de DS, por envolver a de que o mercado visa à manutenção do consumo, o que não coaduna com a perspectiva de uma sociedade verdadeiramente sustentável.

O comprometimento do discurso dos/as autores/as de A2017.2 com a compreensão parcial da realidade, associada à ideia de crescimento econômico em detrimento da complexidade da problemática ambiental, é ratificado no seguinte excerto:

O desenvolvimento ao utilizar o termo sustentável em suas ações visa definir os limites para **operar em conformidade com o desenvolvimento econômico e a produtividade capitalista, com a preservação da natureza e os recursos estabelecidos por essa**. É, portanto, a utilização racional dos elementos naturais com ênfase na qualidade de vida, não perdendo de vista a preocupação com os problemas ambientais. (A2017.2 p. 3, grifo nosso)

Aqui temos que analisar criticamente vários trechos desse discurso, pois ele traz várias características dessa categoria em análise. Como vimos, as ideias de desenvolvimento e sustentabilidade são opostas, e tentar associá-las nada mais é do que tentar a manipulação da realidade. Isso se mostra com maior ênfase quando no discurso encontramos a tentativa dos/as autores/as de nos convencerem de que seria possível uma produtividade capitalista junto com a preservação da natureza. Nesse sentido, o desenvolvimento aqui nesse trecho é uma "armadilha ideológica construída para perpetuar as relações assimétricas entre as minorias dominadoras e as maiorias dominadas" (SACHS, 2008, citado por SANTOS, 2014, p. 4). A utilização racional dos elementos naturais remete ao indivíduo como ser dono da natureza, em que a “subjetivação, que exalta o sujeito, natureza externa, humana ou não humana, como para fazê-lo deve subjugar a natureza em si mesmo. A dominação torna-se “interiorizada” por si mesma” (HORKHEIMER, 2010, p. 50, aspas do autor). A

armadilha ideológica envolve a tentativa de passar uma ideia de bem-estar e satisfação sem questionar que qualidade de vida é essa a que o autor se refere. Assim, é um trecho bem arquitetado, pois induz a uma ideia deturpada de ambiente equilibrado, e com conceitos completamente opostos, deixando clara a classificação desse excerto nesta categoria, pois “indica como um objetivo a felicidade do indivíduo, a riqueza e a saúde” (HORKHEIMER, 2002, p. 50) em um discurso que tenta a junção de posições dominadoras diante do indivíduo, sem questionar se tais ações são de fato reais, satisfatórias e em harmonia com o ambiente.

### 3.4.3 Racionalidades Dominantes

Na categoria III Racionalidades Dominantes buscamos identificar e analisar discursos que traduzem abordagens de situações de dominação social e econômica. Diante de contextos em que “[...] práticas exploradoras, opressivas e preconceituosas [são] utilizadas quase que livremente”, é necessário questionar “concepções de sustentabilidade [que] racionalizam as práticas, ressaltando a necessidade de justiça social, distribuição de renda etc., sem questionar o modelo econômico [...]” (SOUZA, 2013, p. 15).

Nessa categoria observamos o discurso da autora de A2001.1, que afirma que “indicadores em qualidade de vida devem ser indicadores de sustentabilidade, isto é, de desenvolvimento econômico e social, para aumentar potencialidades humanas com defesa e preservação ambiental”. Esse excerto associa a necessidade de desenvolvimento econômico para se alcançar o desenvolvimento social, que por si evidenciaria a qualidade de vida, mas em nenhum momento há o questionamento de que qualidade de vida é essa da qual se fala, ressaltando a intenção de defesa de um desenvolvimento econômico em detrimento do social.

Em sua pesquisa as autoras de A2003.5 atrelam em seu discurso os conceitos de sustentabilidade e de DS, sem diferenciá-los. Essa não distinção interessa aos capitalistas e imperialistas, uma vez que a polissemia envolvida no uso desses termos, favorece a manipulação da sociedade. O seguinte excerto traduz esse reconhecimento do uso do conceito com fins de dominação: “Sustentabilidade é um conceito aparentemente indispensável nas discussões econômicas e educacionais, porém é um conceito ainda em construção, impregnado de posições políticas e ideológicas” (A2003.5, p. 6). Nesse trecho, embora a intenção seja de mostrar que o

conceito de sustentabilidade não é bem definido, polissêmico e suscetível a mudanças, falta um posicionamento político mais claro, uma vez que reforçar esse viés de indefinição, sem questionar como o referido conceito serve aos grupos dominantes, atende justamente ao interesse políticos desses grupos, os quais são contra a tomada de consciência e a emancipação dos grupos dominados.

A implementação de um sistema econômico que transforma as pessoas em um simples produto do meio, e não em um fim em si mesmo, revela explicitamente como a racionalidade instrumental, ou seja, a consideração dos seres humanos como apenas um instrumento, passa a ser dominante nas diretrizes das relações sociais. O modelo social economicista, que tem acima de tudo “como fim o lucro e acúmulo cada vez maior de capital, instrumentaliza as relações e impõe a racionalidade do ‘cálculo utilitário de consequências’ como a própria engrenagem do sistema de produção da existência dos indivíduos” (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, p. 4, aspas dos autores).

Em A2015.2 selecionamos excertos que ressaltam como racionalidades dominantes se inserem nas sociedades. O capitalismo cria mecanismos para se manter em funcionamento como uma linha de produção. Nesse sentido, Layrargues (2011) argumenta sobre como o lixo passou a ser classificado como resíduo, o que possibilitou a sua reinserção no metabolismo industrial. Trata-se de uma forma suave de manter o consumismo em pleno vigor, compatível com uma ideia desenvolvimentista de sustentabilidade, em que se promoveria a humanização do capital. De acordo com Silva e Lenardão (2009 citados por A2015.2, p. 5):

A Teoria do Capital Humano se constitui numa ferramenta para a adaptação e dominação dos cidadãos, que tem por objetivos servir aos interesses do capital, formando a mão de obra útil e necessária com os valores e atitudes que fomentam e ajudam o capitalismo em sua perpetuação, mantendo a estrutura existente e aumentando as mazelas sociais.

A humanização do capitalismo tem por objetivo adotar medidas para suavizar a crueldade e a perversidade “da economia de mercado, incorporando a ela sentidos de justiça social” (A2015.2, p. 5). Corresponde a uma criação dos intelectuais burgueses para legitimar as desigualdades sociais, uma vez que não contempla a

crítica aos modelos de produção e consumo que produzem essas desigualdades. “A única mercadoria que os trabalhadores possuem para proverem os meios de vida seus e de seus filhos – a venda de sua força de trabalho” (FRIGOTTO, 2006, p. 1). Assim, diante dessa lógica, tem-se uma realidade cruel para quem está na base da pirâmide social, que são os trabalhadores que usam o seu trabalho para o seu sustento de forma precária, e assim mantêm os ricos burgueses ainda mais poderosos economicamente.

Segundo as autoras de A2015.2, conhecer as perspectivas teóricas da EA através de um viés crítico possibilita compreender que a crise socioambiental é reflexo da escolha da sociedade por uma forma de desenvolvimento econômico influenciado por interesses do mercado, que busca o incentivo ao consumismo, acumulação de bens, alta produtividade em curto prazo e alta lucratividade. Essas perspectivas coadunam com a humanização do capital, uma criação capitalista para mascarar seu modelo perverso e insustentável de desenvolvimento.

Nas últimas décadas a temática sustentabilidade figura nos debates sobre meio ambiente, sendo veiculada constantemente em meios midiáticos que fazem a publicidade de produtos que se apresentam com o rótulo de sustentáveis, “assim como está presente nas instituições de ensino, organizações não governamentais (ONGs), empresas públicas e privadas, portanto nas organizações de uma forma geral” (A2015.2, p. 2). Com a crescente visibilidade da temática ambiental, a sociedade vem se tornando mais sensível em relação aos problemas, com isso aumenta o número de instituições públicas e privadas que aderem à sustentabilidade, “aos seus discursos e estratégias de comunicação, que tende (sic.) a ser, sobretudo, para atender valor estratégico de mercado” (A2015.4, p. 2). Mantendo uma falsa prática de sustentabilidade, atrelada aos princípios de DS, reforçam-se contextos de dominação econômica e social, incompatíveis com posições críticas de superação dessa realidade.

Nesse mesmo contexto, ressaltamos o discurso de Ehlers (1999 citado por A2017.2, p. 2), o qual aponta que “o desenvolvimento sustentável deve conciliar, por longos períodos, o crescimento econômico e a conservação dos recursos naturais” Assim, “a sustentabilidade está relacionada ao desenvolvimento econômico e material da sociedade sem degradar a natureza, fazendo uso do ambiente de maneira mais consciente e, assim, outras gerações poderão desfrutar desses bens” (A2017.2, p. 3). Esse discurso traduz uma visão acrítica da realidade, uma vez que, de acordo, com

os pressupostos da Teoria Crítica da Sustentabilidade, o conceito de crescimento econômico não coaduna com o conceito de preservação do meio ambiente, muito menos o conceito de desenvolvimento sustentável com o de sustentabilidade, pois essas perspectivas estão atreladas ao consumismo e à exploração da mão de obra e da natureza, visando manter seus lucros por meio do estímulo a padrões de vida que são insustentáveis.

#### **3.4.4 Contexto Social-Histórico**

A categoria IV Contexto Social-Histórico visou elucidar os distintos graus de consciência política entre os diversos sujeitos, grupos sociais e comunidades, abrangendo as seguintes dimensões inter-relacionadas: Visão abrangente e interdisciplinar; Concepções éticas e morais; Emancipação; Responsabilidade Coletiva.

Aqui analisamos como o indivíduo é inserido no processo histórico da sociedade, que é uma importante visão que a Teoria Crítica ressalta, ao tornar o ser humano o elemento principal na construção da própria história, elevando-o a componente maior dos processos sociais. A formação do ser social tem sua configuração diante do movimento dialético do espaço-tempo, fazendo com que os indivíduos não se tornem apenas personagens na sociedade em que estão inseridos. Assim, tem a intenção de tornar os indivíduos agentes de uma revolução, como sujeitos autônomos e com pensamento na coletividade, mesmo com um sistema que age contraditoriamente a esse pensamento, diante de sua existência.

Promover a emancipação individual e coletiva, juntamente com uma visão interdisciplinar e concepções éticas e morais, constitui o cerne da Teoria Crítica, pois essa concepção tem o propósito de fazer com que os sujeitos reflitam criticamente diante da realidade em que estão inseridos, não limitado o indivíduo apenas ao ato de pensar, pois este deve torná-lo capaz de agir e mudar a realidade a sua volta. Nesse sentido, “emancipar não é renunciar ao esclarecimento, é incorporá-lo e distingui-lo da simples ação de domínio sobre a natureza e requer entender o indivíduo no seu contexto social-histórico, de forma a fazer de todos os agentes senhores de suas ações” (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, p. 5).



Em A2001.1 fica evidente essa perspectiva quando a autora argumenta que “criar indicadores pode ser entendido como empoderamento da população, desafiando práticas de poder autoritárias ou descompromissadas” (p. 6), pois elaborar e revelar indicadores permite que eles sejam comparados e contestados a qualquer momento pela população, possibilitando que os indivíduos possam fazer uma análise crítica da realidade e desenvolvam melhor compreensão do que está sendo produzido ou deixado de ser produzido pelos gestores da sociedade.

Em A2003.1 percebemos a intenção de fomentar a consciência política e a responsabilidade coletiva quando a autora aponta que a EA deve trabalhar com uma visão crítica, já que através da quebra “das visões ingênuas e alienadas sobre as questões culturais, políticas, sociais e ambientais é que será possível a participação crítica de toda comunidade nas decisões relativas à elaboração e à implantação de um modelo local de sustentabilidade” (A2003.1, p. 6). Em acordo com essa visão, A2003.2 reforça que “neste processo o conhecimento desenvolvido pode possibilitar um despertar para uma consciência ambiental mais abrangente” (A2003.2, p. 9), favorecendo uma tomada de consciência crítica.

Podemos perceber uma sociedade com Responsabilidade Coletiva quando encontramos indivíduos exercendo atitudes altruísta de forma natural na sociedade que estar inserido, podemos perceber isso quando Diegues (2000 citado por A2003.4, p. 2) menciona que:

As comunidades tradicionais são sociedades sustentáveis. Seu modo de produção é o da pequena produção mercantil, garantindo sua subsistência por meio da pequena pesca, pequena agricultura, pecuária e extrativismo, as relações de trabalho são dominadas por parcerias e outras relações solidárias, e o trabalho assalariado é ocasional, sua pequena produção excedente é comercializada para obter recursos dos quais são dependentes e que são produzidos externamente. São sociedades mais homogêneas e igualitárias que as capitalistas, com pequena capacidade de acumulação de capital. As tecnologias e o manejo empregados têm baixo impacto ambiental devido à grande intimidade com seu ambiente.

Também percebemos em algumas comunidades tradicionais potencialidade de emancipação social e de valorização de questões éticas e sociais, uma vez que essas comunidades resistem a pressões e fatores de mudanças externas e demonstram ser

mais democráticas e socialmente justas com seus integrantes, pois nelas não existe a maximização do lucro e do capital.

Em vários trechos de seu discurso o autor de A2015.1 mostra uma realidade utópica, à qual o próprio título do artigo remete ao se referir a uma “utopia vermelha e verde”. Percebemos a essência da busca por uma sociedade emancipada que almeja a “superação da lógica capitalista em favor de um projeto civilizatório alternativo, reivindicado por alguns setores ambientalistas como expressão de uma sustentabilidade emancipatória, que liberte as sociedades e a natureza da tirania do capital” (A2015.1, p. 5), uma evidência da busca de se fazer emergir na sociedade uma sensibilidade em favor do bem comum e uma oposição à mercantilização da vida.

Na busca por trechos que defendam uma visão abrangente e interdisciplinar encontramos em A2015.2 um discurso que ressalta a aproximação com uma concepção crítica de EA, uma vez que as autoras objetivam “apresentar e refletir sobre como perspectivas políticas vêm influenciando as ações em EA, demonstrando que não é possível ter sustentabilidade a partir do atual modelo econômico” (A2015.2, p. 2). Trata-se de um discurso que coaduna com autores supracitados e com os pressupostos da Teoria Crítica da Sustentabilidade, que alerta a sociedade ao denunciar a impossibilidade de conciliar sustentabilidade e capitalismo. “Nesse contexto, a perspectiva *Crítica*, a partir de um novo referencial teórico, embasado principalmente nas premissas de Paulo Freire, passa a subsidiar uma leitura problematizadora e contextualizada do real” (A2015.2, p. 4, grifo das autoras), o que possibilita que a sociedade tenha um maior grau de consciência política, tornando-se, dessa forma, “mais complexa e instrumentalizada para uma intervenção que contribua no processo de transformação da realidade socioambiental” (GUIMARÃES, 2004 citado por A2015.2, p. 4).

Temos que ter em mente que, para que ocorra a transformação da realidade socioambiental, este viés sustenta-se “na revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano e dos mecanismos de acumulação do Capital, buscando o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental” (LAYRARGUES; LIMA, 2011 citados por A2015.2, p. 4). Assim, a perspectiva crítica busca a contextualização e a politização das questões ambientais que tratam sobre cultura, individualidade e identidade, fazendo emergir “transformações das sociedades contemporâneas, a ressignificação da noção de

política, a politização da vida cotidiana e da esfera privada, expressas nos novos movimentos sociais e na gênese do próprio ambientalismo” (A2015.2, p. 4-5).

Conseguimos identificar várias dimensões da categoria IV, que foram compiladas nesses discursos, legitimando a incorporação dos mesmos em uma mesma categoria, pois podemos perceber que muitos argumentos estão entremeados e são, por isso, indissociáveis.

Percebemos a busca por um modelo novo de organização da sociedade em que possamos nos “relacionar com o meio numa perspectiva crítica, emancipatória, transformadora, popular, frente à necessidade de conceber os problemas ambientais associados aos conflitos sociais” (A2015.2, p. 5). Essa perspectiva exige o “combate ao desperdício, à poluição, à obsolescência dos produtos, ao incentivo do consumo, à escassez dos recursos naturais, dentre outros, [sendo] preciso buscar por uma essência de sustentabilidade que rompa com a lógica desenvolvimentista” (A2015.2, p. 8). Nessa visão, poderemos de fato resolver os problemas sociais que o modelo econômico vigente impõe sobre toda a sociedade, pois sabemos que os problemas ambientais atuais estão inteiramente relacionados com a configuração desenvolvimentista da sociedade atual.

Encontramos no discurso de A2015.3 vários itens desta categoria em análise, como no excerto em que as autoras afirmam que “a busca por uma sociedade sustentável, fundada em novos princípios éticos, valores culturais e potenciais produtivos, torna-se cada dia mais real” (A2015.3, p. 4), o que é condizente com a abordagem de outros autores, já citados nesta categoria, sobre a insustentabilidade dos padrões capitalistas atuais e a necessidade de abertura para novos valores que tornem a sociedade mais crítica ao atual modelo. Percebemos, assim, que as autoras manifestam um olhar que se aproxima dos valores supracitados desta categoria, adotando uma postura crítica em relação aos discursos, possibilitando ao leitor ter conhecimento dos enfrentamentos que a sociedade nos impõe. “A acepção de contexto deve englobar a situação, além da apreensão da situação. Deve contemplar as ocorrências, além das representações que fazemos delas.” (GUIMARÃES, 2012, p. 10). Importante relacionar o contexto diante dos fatores que estão ligados aos valores que a sociedade implementa.

A organização e o desenvolvimento sustentável do agricultor camponês, para A2015.3, “serão provenientes de um empoderamento de direitos, da autonomia conquistada e do enfrentamento estabelecido frente às reais situações/organismos

que subestimam a consciência ambiental e marcham contra os interesses de um mundo mais justo, solidário, equitativo e ambientalmente sustentável” (p. 7).

Nesta perspectiva, a necessidade de se criar uma aliança de cuidado com a Terra é cada vez mais real, superar os riscos, responsabilizar-se de forma efetiva e universal, promover um alinhamento das práticas humanas no que cerne a sustentação da vida, buscar um novo começo, “um modo de vida sustentável”. Pois, é extremamente necessária e urgente a participação de todos/as neste projeto viável à existência humana. (A2015.3, p. 9, grifo do autor)

Esses discursos críticos, embora empreguem o termo desenvolvimento sustentável, mostram que é possível a mudança da realidade pela ruptura com a atual forma mercantilista da vida, incorporando valores e princípios novos e críticos da realidade, o que se associa às várias vertentes da categoria IV que estamos analisando.

Em acordo com os autores referidos anteriormente, A2017.1 entende que existe a necessidade de novas direções “para se pensar e praticar a sustentabilidade e a EA na contemporaneidade, abrindo-se espaço para se questionar inclusive e, fundamentalmente, as próprias bases de funcionamento da sociedade capitalista” (p. 2). Nesse discurso percebemos a intenção da formação de uma sociedade sustentável alternativa aos padrões atuais, que apresente maior grau de consciência política.

Para a consolidação da perspectiva dessa sociedade alternativa aos padrões de domínio do capital se faz necessário emergir na sociedade a “discussão acerca de como os saberes culturais podem ser ferramentas para trilhar o caminho de práticas sustentáveis” (A2017.3, p. 12). É importante salientar que esse viés crítico tem compromisso com um modo de vida em que o respeito à natureza seja concebido como um fator prioritário pela sociedade, entendida em um contexto de diversidade cultural.

No A2017.4 prevalece a compreensão de que a “EA Crítica será capaz de apontar caminhos e alternativas para a construção de uma proposta que ofereça maior aproximação com as realidades locais [...]” (p. 2). Nesse sentido, Loureiro (2005 citado por A2017.4, p. 2) defende uma “práxis educativa e social que tem por finalidade a construção de valores, conceitos, habilidades e atitudes que possibilitem o

entendimento da realidade de vida e a atuação lúcida e responsável de atores sociais individuais e coletivos no ambiente. [...]”. É importante ressaltar que o viés crítico não se limita a questionar a mercantilização da sociedade, mas também promover uma tomada de consciência política e uma construção de sociedades igualitárias, emancipadas e que contemplem todas as dimensões analisadas na categoria IV desta pesquisa.

A partir da análise, concluímos que os/as autores/as discutem que a sustentabilidade tem sido concebida em uma perspectiva pragmática, manifestando-se em concepções pedagógicas que seguem a mesma lógica, construindo uma ideia de educação que não problematiza a dimensão sociopolítica da crise ambiental, pasteurizando a problemática ambiental. Uma ideia libertadora de sustentabilidade representa uma lente para a sociedade, pois permite reconhecer, por um viés crítico, que o discurso em torno da Educação para o Desenvolvimento Sustentável promove dominação e opressão, sendo incompatível com os caminhos e alternativas que têm sido apontados como mais promissores para a construção de umas propostas que ofereçam maior aproximação com o sentido emancipatório da sustentabilidade.

Quanto à dimensão temporal dos discursos em torno da sustentabilidade nos textos acadêmicos publicados nos anais do Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA), no que se refere à abordagem da temática ambiental com enfoque crítico e emancipatório, com base na análise que realizamos, respaldada na Teoria Crítica da Sustentabilidade, constatamos que os trabalhos publicados nas duas primeiras edições (2001 e 2003) adotam vieses menos críticos em relação às categorias consideradas neste trabalho. Também foi constatado um menor número de trabalhos relacionados aos temas sustentabilidade e DS. De forma geral, podemos concluir que a produção acadêmica nesse período apresentou um número restrito de artigos com intenção de questionar os padrões da sociedade e tornar os leitores críticos e com uma visão emancipada dos valores da sociedade.

Quanto aos trabalhos publicados nas duas últimas edições (2015 e 2017), constatamos um maior número de trabalhos que abordam as temáticas sustentabilidade e DS, sendo que eles tendem a apresentar esses termos já nos seus respectivos títulos. Os trabalhos têm um direcionamento mais crítico nas questões que a sociedade enfrenta, tornando possível extrair deles maior número de excertos correspondentes às categorias da Teoria Crítica da Sustentabilidade, o que releva um

tratamento com maior intenção de problematizar aspectos relacionados à luta por libertação e emancipação do indivíduo.

Assim, concluímos que houve uma mudança de abordagem das temáticas Sustentabilidade e DS na produção do EPEA entre os períodos pesquisados. Enquanto os trabalhos publicados nas edições de 2001 e 2003 trataram as questões ambientais de forma mais genérica, os trabalhos das edições de 2015 e 2017 trazem temáticas especificamente voltadas para um viés crítico da sociedade, com a busca de esclarecimento de valores éticos, políticos e críticos que permitem questionar os padrões da sociedade, caminhando para a formação de um pensamento que contemple a emancipação.

### 3.5 CORPUS DE ANÁLISE

ABÍLIO, Francisco José; Pegado; FLORENTINO Hugo da Silva. **Elos da educação ambiental sustentável: caminhos para uma educação contextualizada no semiárido paraibano.** VIII EPEA – Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, Realização: Unirio, UFRRJ e UFRJ Rio de Janeiro, 19 a 22 de julho de 2015. Disponível em: <[http://epea.tmp.br/epea2015\\_anais/pdfs/plenary/223.pdf](http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/223.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

AZEVEDO, Letícia Freitas; SILVA, Silvana do Nascimento. **Educação ambiental na interface da educação do campo.** VIII EPEA – Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, Realização: Unirio, UFRRJ e UFRJ Rio de Janeiro, 19 a 22 de julho de 2015. Disponível em: <[http://epea.tmp.br/epea2015\\_anais/pdfs/plenary/179.pdf](http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/179.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

BARRETO, Marcos P. **Educação e meio ambiente: a urgência de uma utopia vermelha e verde.** VIII EPEA – Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, Realização: Unirio, UFRRJ e UFRJ Rio de Janeiro, 19 a 22 de julho de 2015. Disponível em: <[http://epea.tmp.br/epea2015\\_anais/pdfs/plenary/6.pdf](http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/6.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

CADEI, Marilene de Sá. **A ação educativa e o desafio da sustentabilidade em comunidades do entorno de unidades de conservação: Ilha Grande.** II Encontro Pesquisa em Educação Ambiental: abordagens epistemológicas e metodológicas UFSCar, São Carlos, 27 a 30 de julho de 2003. Disponível em: <[http://www.epea.tmp.br/epea2003\\_anais/pdfs/plenary/1.pdf](http://www.epea.tmp.br/epea2003_anais/pdfs/plenary/1.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

CANDIDO, Rejane Leal; MATTIOLI, Camila Kazumi Kitamura; KATO, Danilo Seithi. **As discussões acerca da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável na perspectiva intercultural: análise da produção acadêmica a partir do banco de teses do projeto EARTE.** IX EPEA Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, realização: Universidade Federal de Juiz de Fora – MG, 13 a 16 de agosto de 2017. Disponível em: <[http://epea.tmp.br/epea2017\\_anais/pdfs/plenary/0203.pdf](http://epea.tmp.br/epea2017_anais/pdfs/plenary/0203.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

DANCIGUER, Lucilene. **Comunidades ribeirinhas do Médio Solimões, identidade cultural e sustentabilidade.** II Encontro Pesquisa em Educação Ambiental: abordagens epistemológicas e metodológicas UFSCar, São Carlos, 27 a 30 de julho de 2003. Disponível em: <[http://www.epea.tmp.br/epea2003\\_anais/pdfs/plenary/14.pdf](http://www.epea.tmp.br/epea2003_anais/pdfs/plenary/14.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

DIAS, Maria Accioly; LOUREIRO, Carlos Frederico. **Educação ambiental na experiência das Ecovilas: integrando as dimensões da sustentabilidade.** IX EPEA Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, realização: Universidade Federal de Juiz de Fora – MG, 13 a 16 de agosto de 2017. Disponível em: <[http://epea.tmp.br/epea2017\\_anais/pdfs/plenary/0024.pdf](http://epea.tmp.br/epea2017_anais/pdfs/plenary/0024.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

FARIA, Jeniffer de Souza; CRISTÓVÃO, Elaine Coelho. **Um olhar crítico sobre as tendências em educação ambiental frente à crise do capital.** VIII EPEA – Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, Realização: Unirio, UFRRJ e UFRJ Rio de Janeiro, 19 a 22 de julho de 2015. Disponível em: <[http://epea.tmp.br/epea2015\\_anais/pdfs/plenary/137.pdf](http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/137.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

GUIMARÃES, Simone Sendin Moreira; TOMAZELLO, Maria Guiomar Carneiro. **As idéias de sustentabilidade dos alunos de um curso de biologia.** II Encontro Pesquisa em Educação Ambiental: abordagens epistemológicas e metodológicas UFSCar, São Carlos, 27 a 30 de julho de 2003. Disponível em: <[http://www.epea.tmp.br/epea2003\\_anais/pdfs/plenary/49.pdf](http://www.epea.tmp.br/epea2003_anais/pdfs/plenary/49.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

LIMA, Fábio Bueno de; MACHADO, Micheli Kowalczuk; HOEFEL, João Luiz de Moraes; FADINI, Almerinda Antonia Barbosa. **Caminhada interpretativa na natureza como instrumento para educação ambiental.** II Encontro Pesquisa em Educação Ambiental: abordagens epistemológicas e metodológicas UFSCar, São Carlos, 27 a 30 de julho de 2003. Disponível em: <[http://www.epea.tmp.br/epea2003\\_anais/pdfs/plenary/10.pdf](http://www.epea.tmp.br/epea2003_anais/pdfs/plenary/10.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

PASCALICCHIO, Áurea Aparecida Eleutério. Qualidade de vida na cidade: do "know-how" ao "know-why" passando pelo "empowerment" e "accountability" - EPEA 2001. Rio Claro: UNESP – Instituto de Biociências. **Revista Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 9, n. 16, jul. 2001. Disponível em: <[http://www.epea.tmp.br/epea2001\\_anais/pdfs/plenary/tr18.pdf](http://www.epea.tmp.br/epea2001_anais/pdfs/plenary/tr18.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

SILVA, Fábio Deboni da; SORRENTINO, Marcos. **Centros de Educação Ambiental no Brasil: movimento singular ou plural?** II Encontro Pesquisa em Educação Ambiental: abordagens epistemológicas e metodológicas UFSCar, São Carlos, 27 a 30 de julho de 2003. Disponível em: <[http://www.epea.tmp.br/epea2003\\_anais/pdfs/plenary/12.pdf](http://www.epea.tmp.br/epea2003_anais/pdfs/plenary/12.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

TEIXEIRA, Dinair Velleda. **Reflexões epistemológicas sobre a publicidade sustentável: pesquisa de tese realizada na *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*.** VIII EPEA – Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, Realização: Unirio, UFRRJ e UFRJ Rio de Janeiro, 19 a 22 de julho de 2015. Disponível em: <[http://epea.tmp.br/epea2015\\_anais/pdfs/plenary/222.pdf](http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/222.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

UCHÔA, Rafaella; CASTRO, Leonardo de; SÁNCHEZ Celso. **Análise da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) da Unesco a partir da leitura da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire.** IX EPEA Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, realização: Universidade Federal de Juiz de Fora – MG, 13 a 16 de agosto de 2017. Disponível em: <[http://epea.tmp.br/epea2017\\_anais/pdfs/plenary/0254.pdf](http://epea.tmp.br/epea2017_anais/pdfs/plenary/0254.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019

WIVALDO, Jucilaine Neves Sousa; COUTO, Suelen Ferreira Matoso; GUERREIRO, Álvaro Ricardo. **A educação ambiental e o desenvolvimento sustentável na produção agrícola.** IX EPEA Encontro Pesquisa em Educação Ambiental,



realização: Universidade Federal de Juiz de Fora – MG, 13 a 16 de agosto de 2017.  
Disponível em: <[http://epea.tmp.br/epea2017\\_anais/pdfs/plenary/0140.pdf](http://epea.tmp.br/epea2017_anais/pdfs/plenary/0140.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como embasamento o viés da Teoria Crítica, o que nos remete a reaver conceitos sobre a exploração humana que têm sido naturalizados pelas sociedades e ter um olhar sob uma ótica diferente. Essa forma diferenciada de observar nos motiva a perceber pressupostos que venham a subsidiar diferentes abordagens que problematizem a realidade, pois possibilita a ressignificação de ideais e práticas que funcionam como instrumentos de dominação das massas.

Dessa forma, esses ideais e práticas, que são traduzidos nos discursos dos artigos analisados, podem tanto libertar quanto aprisionar, sendo que tudo depende da real intenção dos sujeitos. Um discurso que contém ideologias dominantes pode ser lido pelo leitor sem que ele perceba ou conceba esse discurso, por exemplo, como um instrumento balizador de suas crenças. Por outro lado, um leitor crítico pode compreender as ideologias dominantes contidas nesse mesmo discurso e entender que não deve levar em consideração e, inclusive, que deve questionar a sua suposta legitimidade. Nesse caso, pode existir a diferença entre o leitor leigo, que apenas lê a informação que lhe foi apresentada, e o leitor com um embasamento crítico, que faz uma leitura das informações com um olhar diferenciado do que lhe é sugerido, que tem a capacidade de questionar e consegue discernir ideias que podem exercer a função de dominação sobre ele e sobre a sociedade, perspectiva que não é encontrada em um leitor sem embasamento crítico.

Os discursos podem conter em sua essência ideais de dominação, os quais não são facilmente reconhecidos e questionados quanto ao seu real significado e intenção se o público não detém consciência crítica para questioná-los, sendo assim facilmente convencido por eles. Essa consciência crítica é construída em processos educativos, inclusive escolares, que promovem uma leitura problematizadora da realidade de opressão, razão pela qual o sistema dominador é fundamentalmente atento para coibir todos os espaços de formação humana.

Ao refletir sobre a trajetória formativa que vivenciamos como professor da escola básica e como pesquisador, percebemos que determinados discursos, que antes eram legitimados como naturais, passaram a ser questionados, após a aproximação com os referenciais da Teoria Crítica, que nos fizeram entender como esses discursos foram construídos e por que foram impostos nesse modelo de sociedade em que vivemos. Os questionamentos iniciais ao longo da nossa trajetória

acadêmica foram respondidos e preenchidos ao passo que a teoria crítica fazia parte da nova forma de pensar a realidade na qual estávamos inseridos. O docente que apenas questionava a posição da sociedade em relação às temáticas ambientais passou a entender de fato por que o sistema é tão perverso. Assim, nos tornamos emancipados e autores da nossa própria história. Agora ao lidar com as questões ambientais, vemos por uma nova ótica, um viés crítico da realidade que nos cerca. Vale ressaltar que, ao nos apropriarmos de elementos das bases epistemológicas e conceituais das novas perspectivas, passamos a entender as razões que levaram certos discursos a serem usados ideologicamente e a que interesses estão vinculados, impedindo que críticas ao atual sistema de produção venham à tona. Para os que detêm o controle econômico da sociedade um povo que sabe seu papel na sociedade pode representar uma ameaça, pois passa a reivindicar, de forma plena, a equidade por meio da quebra da manutenção dos privilégios que um pequeno grupo dos mais ricos detém em detrimento da maior parte da sociedade.

Tendo como parâmetro o Brasil, por meio de um olhar crítico concluímos que não é interessante para o sistema capitalista que a maior parte da população desenvolva conhecimento, pois esse sistema reconhece que o conhecimento liberta, emancipa. Assim, essa perspectiva de uma sociedade esclarecida não faz parte do viés capitalista, para o qual o importante é ter uma população com conhecimentos restritos, que trabalhe sem questionar os modos de produção e a hierarquização social que estão na base da reprodução desse sistema.

Temos que estar continuamente examinando os discursos sobre sustentabilidade e EA que o sistema nos impõe, pois, por trás desses discursos, há interesses mercadológicos que fogem do real significado de uma sociedade sustentável. Dessa maneira, pode-se mencionar a sustentabilidade no contexto de um discurso enganador, quando se procura ocultar os problemas ambientais, a agressão à natureza, a contaminação química dos alimentos e os anúncios do marketing comercial voltados apenas para vender e lucrar.

Em nossa sociedade economicista surgiu uma prática muito comum de adotar o conceito de sustentabilidade apenas para favorecimento e maximização de lucros, sem uma prática da sustentabilidade em si, ou seja, produtos recebem rótulos, logomarcas, cores, estéticas e remetem ao conceito de sustentabilidade, sem que tenham efetivamente alguma ligação com a sustentabilidade em si, apenas com a intenção de passar uma imagem de que resultam de um manejo sustentável, que

preservam o meio ambiente. O chamado *pintar de verde* resulta desse entendimento de que as práticas sustentáveis são vistas com bons olhos pela sociedade. Como não são todas as empresas que conseguem implementá-las em sua rotina, elas partem para a prática da falsa sustentabilidade, *pintando-se de verde*. Para isso, criam rótulos e logomarcas e usam cores e imagens que remetem à ideia de que seus produtos são sustentáveis, dentre outras estratégias. Tudo isso para ter mais lucro, sem uma preocupação genuína em ser sustentáveis verdadeiramente.

Dessa forma, com base na Teoria Crítica e na Teoria Crítica da Sustentabilidade, devemos ser mais críticos aos discursos que mobilizam o conceito de sustentabilidade apenas para nos impor padrões insustentáveis de vida, sem um olhar para a autonomia e a busca por emancipação, que permitam que nos libertemos de tantas forças que tentam nos tragar para um pensamento ideologicamente manipulado.

Esta pesquisa, de cunho qualitativo, buscou se apoiar na Teoria Crítica de Horkheimer, que propõe um olhar crítico para o que nos é imposto socialmente e uma atitude visando a emancipação, bem na Teoria Crítica da Sustentabilidade, que se respalda na própria Teoria Crítica de Horkheimer, e que por isso se compromete a disseminar a ideia de que os indivíduos devem questionar a realidade e os padrões da sociedade. Para essa teoria, os sujeitos mais críticos sobre a problemática ambiental têm mais chance de ser mais políticos, éticos e comprometidos com os valores da coletividade, podendo, assim, promover a emancipação, tendo em vista que a criticidade é um dos principais pilares da sociedade emancipada.

Reconhecer o quanto a sociedade atual é imperialista e que a maior parte da população vive subserviente a esses dominadores é uma condição para que possamos nos libertar dos padrões de consumo a nós impostos. Estamos imersos em um sistema economicista que nos influencia diariamente, por meio das redes sociais, propagandas, filmes, novelas e de todos os outros meios midiáticos. A indústria cultural busca manter os indivíduos com um pensamento homogêneo, o que facilita disciplinar esse público a manter o foco no consumo, permitindo que os meios de produção se mantenham em pleno vigor.

Diante da complexidade das relações sociopolíticas da contemporaneidade reconhecemos que este trabalho, dentro dos seus limites, cumpre a intenção de ser um balizador para abordagens interessadas em analisar os dilemas ambientais, ao promover a convergência teórica entre a Teoria Crítica, a Teoria Crítica da

Sustentabilidade e a Análise Crítica do Discurso, cujos pressupostos favorecem o questionamento e a crítica ao sistema hegemônico, que talvez sejam os primeiros passos para a libertação.

Acreditamos que um sistema político-democrático comprometido com a capacidade de promover a autonomia do indivíduo, pautado na emancipação, consiga diminuir as tensões sociais e os impactos ambientais que são provocados pelo atual sistema, responsável por um desenvolvimento desequilibrado e excludente.

Hoje em dia entendemos ser inevitável o advento de novas tecnologias, mas desejamos, a partir de princípios críticos, que o sistema social desenvolva tecnologias duradouras e que atendam aos princípios da sustentabilidade no seu modo de produção e nos seus fins. Também defendemos um modelo de comércio que atenda às necessidades humanas de forma equitativa, sem a hiperestimulação do consumo. Esses são princípios que a priori parecem ser utópicos para os atuais padrões em que a sociedade atual está inserida, mas que poderão ser alcançados com o constante ato de questionar, recusar e transformar os padrões vigentes de produção, consumo e trabalho.

Essas argumentações sinalizam a imediata necessidade de ampliar o debate sobre a sustentabilidade, e as posições críticas no campo da EA, que trouxemos à tona nesta dissertação. Novos padrões sustentáveis de vida devem surgir, sendo que um dos passos nessa empreitada corresponde à superação do uso da terminologia sustentável visando a obtenção de benefícios mercadológicos, sem que se promova de fato a sustentabilidade. Como vimos, esse modelo apenas reproduz o padrão capitalista em uma roupagem verde, não estando comprometido com os valores de uma vida mais justa e respeitosa com o ambiente.

Essa dissertação buscou contribuir com o debate a respeito da crítica aos atuais padrões sociais de relação com a natureza, apontando para a importância dos princípios emancipatórios da Teoria Crítica para tornar o pensamento da coletividade um valor comum a todos, fazendo com que os indivíduos se tornem fins em si mesmos, e não mera mão de obra para o sistema. Isso significa questionar as racionalidades que transformam os indivíduos em personagens, para que se reconheçam como autores de sua própria história.

Acreditamos que a Teoria Crítica da Sustentabilidade tenha ajudado na compreensão de como conceitos dominadores são difundidos em nossa sociedade e como podemos ter esclarecimento para agir e promover ações para sair da letargia

que nos aprisiona e aliena nesse sistema. Ela constitui um referencial teórico promissor para fundamentar a análise crítica do discurso no campo social e nas produções acadêmicas, como buscamos evidenciar neste trabalho.

Essa dissertação compreende que é difícil exaurir toda a problemática em relação à sustentabilidade, tendo em vista a complexidade do campo da EA, sendo também inviável tornar todos os indivíduos da sociedade críticos ao sistema em um curto espaço de tempo. No entanto, apresentamos aqui nossa contribuição, por meio da análise discursiva, para que as temáticas ambientais sejam abordadas por um viés crítico. Temos a expectativa de que outros trabalhos acadêmicos discorram sobre esse assunto, contribuindo para que a Teoria Crítica, a Teoria Crítica da Sustentabilidade e a Educação Ambiental Crítica sejam ainda mais difundidas no meio acadêmico e na sociedade, pois acreditamos que, quanto mais populares essas ideias se apresentem, maiores os efeitos que podemos esperar para que se tenha uma sociedade verdadeiramente sustentável, pela crítica e superação dos padrões hegemônicos na atualidade. Nesse sentido, a Teoria Crítica e a Teoria Crítica da Sustentabilidade podem ser balizadoras para o desenvolvimento da consciência no processo da formação de indivíduos críticos comprometidos com a construção de sociedades emancipadas.

## 5 REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Francisco José; Pegado; FLORENTINO Hugo da Silva. **Elos da educação ambiental sustentável: caminhos para uma educação contextualizada no semiárido paraibano**. VIII EPEA – Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, Realização: Unirio, UFRRJ e UFRJ Rio de Janeiro, 19 a 22 de julho de 2015. Disponível em: <[http://epea.tmp.br/epea2015\\_anais/pdfs/plenary/223.pdf](http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/223.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **DIALÉTICA DO ESCLARECIMENTO** Fragmentos Filosóficos, (*Dialektik der Aufklärung – Philosophische Fragmente*) 1947. Disponível em: <[https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/fil\\_dialectica\\_esclarec.pdf?1349572420](https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/fil_dialectica_esclarec.pdf?1349572420)>. Acesso em: 10 jun. 2019.

ALMEIDA, R. O. de; NEVES, E. L. das (Org.) **Caderno ambiental da Ilha de Maré**. Salvador: Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), Núcleo de Publicações, 2011. Disponível em: <[https://remandocomamare.files.wordpress.com/2013/01/caderno\\_ambiental\\_completo\\_em\\_pdf\\_-\\_vers\\_o\\_final\\_06-01-12.pdf](https://remandocomamare.files.wordpress.com/2013/01/caderno_ambiental_completo_em_pdf_-_vers_o_final_06-01-12.pdf)>. Acesso em: 6 fev. 2019.

AZEVEDO, Letícia Freitas; SILVA, Silvana do Nascimento. **Educação ambiental na interface da educação do campo**. VIII EPEA – Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, Realização: Unirio, UFRRJ e UFRJ Rio de Janeiro, 19 a 22 de julho de 2015. Disponível em: <[http://epea.tmp.br/epea2015\\_anais/pdfs/plenary/179.pdf](http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/179.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

BARBA, Clarides Henrich de; SOUSA, Camila Felisberto; ARAÚJO, Elizângela Mendes de. O repensar da indústria cultural no contexto da educação e da formação da sociedade. **Revista Igarapé**, Porto Velho, v. 1, n. 5, p. 54 - 67, 2015. Disponível em: <[www.periodicos.unir.br/index.php/igarape/article/view/1362](http://www.periodicos.unir.br/index.php/igarape/article/view/1362)>. Acesso em: 10 maio 2019.

BARBOSA, J. C. Formatos insubordinados de dissertações e teses na Educação Matemática. In: D'AMBRÓSIO, Beatriz Silva; LOPES, Celi Espasandin (Org.). **Vertentes da subversão na produção científica em Educação Matemática**. Campinas: Mercado de Letras, 2015. v. 1, p. 347-367.

BARRETO, Marcos P. **Educação e meio ambiente: a urgência de uma utopia vermelha e verde**. VIII EPEA – Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, Realização: Unirio, UFRRJ e UFRJ Rio de Janeiro, 19 a 22 de julho de 2015. Disponível em: <[http://epea.tmp.br/epea2015\\_anais/pdfs/plenary/6.pdf](http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/6.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

BOFF, L. **Sustentabilidade. O que é – o que não é**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

BRASIL, Guilherme Mungo. Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v. 13, n. 2, 2º quadrimestre de 2018.

Disponível em:

<<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rdp/article/download/13369/7600>>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Ministério do Meio Ambiente. **Formando Com-Vida Comissão do Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola**: construindo Agenda 21 na escola. Brasília, 2004.

CADEI, Marilene de Sá. **A ação educativa e o desafio da sustentabilidade em comunidades do entorno de unidades de conservação: Ilha Grande**. II Encontro Pesquisa em Educação Ambiental: abordagens epistemológicas e metodológicas UFSCar, São Carlos, 27 a 30 de julho de 2003. Disponível em: <[http://www.epea.tmp.br/epea2003\\_anais/pdfs/plenary/1.pdf](http://www.epea.tmp.br/epea2003_anais/pdfs/plenary/1.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável**: concepções, entraves e implicações à sociedade humana. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82981/182356.pdf?sequence>>. Acesso em: 4 abr. 2019.

CAMARGO, Diogenes Rafael de. **Os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável na produção teórica em educação ambiental no brasil: um estudo a partir de teses e dissertações**. Universidade Estadual Paulista Out. 2016 Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/144440>>. Acesso em: 2 jan. 2019.

CANDIDO, Rejane Leal; MATTIOLI, Camila Kazumi Kitamura; KATO, Danilo Seithi. **As discussões acerca da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável na perspectiva intercultural: análise da produção acadêmica a partir do banco de teses do projeto EARTE**. IX EPEA Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, realização: Universidade Federal de Juiz de Fora – MG, 13 a 16 de agosto de 2017. Disponível em: <[http://epea.tmp.br/epea2017\\_anais/pdfs/plenary/0203.pdf](http://epea.tmp.br/epea2017_anais/pdfs/plenary/0203.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação para sociedades sustentáveis e ambientalmente justas. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental – REMEA**, v. especial, dez. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3387>>. Acesso em: 29 mar. 2019.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COELHO, Ana Lúcia de Araújo Lima; COELHO, Christiano; GODOI, Christiane Kleinübing. O discurso da sustentabilidade e sua inserção no contexto organizacional. **Revista Gestão & Conexões**, Vitória (ES), v. 2, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/315452281\\_O\\_Discurso\\_da\\_Sustentabilidade\\_e\\_sua\\_Insercao\\_no\\_Contexto\\_Organizacional](https://www.researchgate.net/publication/315452281_O_Discurso_da_Sustentabilidade_e_sua_Insercao_no_Contexto_Organizacional)>. Acesso em: 15 mar. 2019.



CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DANCIGUER, Lucilene. **Comunidades ribeirinhas do Médio Solimões, identidade cultural e sustentabilidade**. II Encontro Pesquisa em Educação Ambiental: abordagens epistemológicas e metodológicas UFSCar, São Carlos, 27 a 30 de julho de 2003. Disponível em:  
<[http://www.epea.tmp.br/epea2003\\_anais/pdfs/plenary/14.pdf](http://www.epea.tmp.br/epea2003_anais/pdfs/plenary/14.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

DIAS, Bárbara de Castro; BOMFIM Alexandre Maia do. **A “TEORIA DO FAZER” EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: uma reflexão construída em contraposição à Educação Ambiental Conservadora**. Associação brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, ABRAPEC. VIII ENPEC, Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências: Universidade Estadual de Campinas - SP, 5 e 9 de dezembro de 2011. Disponível em:  
<<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R0098-1.pdf>>. Acesso em 28 set. 2019.

DIAS, Maria Accioly; LOUREIRO, Carlos Frederico. **Educação ambiental na experiência das Ecovilas: integrando as dimensões da sustentabilidade**. IX EPEA Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, realização: Universidade Federal de Juiz de Fora – MG, 13 a 16 de agosto de 2017. Disponível em:  
<[http://epea.tmp.br/epea2017\\_anais/pdfs/plenary/0024.pdf](http://epea.tmp.br/epea2017_anais/pdfs/plenary/0024.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. Disponível em:  
<<http://www.epea.tmp.br/#apresentacao>>. Acesso em: 7 abr. 2019.

EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. Disponível em:  
<<https://nonoepea.webnode.com/>>. Acesso em: 6 jun. 2019.

FAIRCLOUGH, Norman. Versão para o português: Iran Ferreira de Melo. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'Água**, n. 25 (2), p. 307-329, 2012. Disponível em:  
<<https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/download/47728/51460/>>. Acesso em: 6 fev. 2019.

FARIA, Jeniffer de Souza; CRISTÓVÃO, Elaine Coelho. **Um olhar crítico sobre as tendências em educação ambiental frente à crise do capital**. VIII EPEA – Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, Realização: Unirio, UFRRJ e UFRJ Rio de Janeiro, 19 a 22 de julho de 2015. Disponível em:  
<[http://epea.tmp.br/epea2015\\_anais/pdfs/plenary/137.pdf](http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/137.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

FARIA, José H. de. Por uma teoria crítica da sustentabilidade. **Organizações e sustentabilidade**, Londrina, 2014. Disponível em:  
<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ros/article/view/17796/15172>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Capital Humano. **Dicionário da educação profissional em saúde**. Disponível em: <<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/caphum.html>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 41-56.

GROHE, Sandra Lilian Silveira. **Escolas sustentáveis: três experiências no município de São Leopoldo – RS**, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <[https://www.academia.edu/14626685/Escolas\\_Sustent%C3%A1veis\\_Tr%C3%AAs\\_Experi%C3%Aancias\\_no\\_Munic%C3%ADpio\\_de\\_S%C3%A3o\\_Leopoldo\\_-\\_RS](https://www.academia.edu/14626685/Escolas_Sustent%C3%A1veis_Tr%C3%AAs_Experi%C3%Aancias_no_Munic%C3%ADpio_de_S%C3%A3o_Leopoldo_-_RS)>. Acesso em: 26 dez. 2018.

GUIMARÃES, Cleber Pacheco. Análise Crítica do Discurso: Reflexões sobre Contexto em van Dijk e Fairclough. **Eutomia revista de literatura e linguística**, v. 1 n. 9, jul. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/view/959/738>>. Acesso em: 20 de jul. 2019.

GUIMARÃES, Mauro. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004. Disponível em: <[https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/\\_arquivos/livro\\_ieab.pdf](https://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf)>. Acesso em: 11 fev. 2019.

GUIMARÃES, Mauro. PROCESSOS FORMATIVOS DO EDUCADOR AMBIENTAL: A práxis de intervenção numa (com)vivência pedagógica. **Didática e Prática de Ensino na relação com a Formação de Professores EdUECE** - Livro 2, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.uece.br/endipe2014/ebooks/livro2/PROCESSOS%20FORMATIVOS%20DO%20EDUCADOR%20AMBIENTAL%20A%20PR%3A%81XIS%20DE%20INTERVEN%C3%87%C3%83O%20NUMA%20COM%20VIV%C3%8ANCIA%20PEDAG%C3%93GICA.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2019.

GUIMARÃES, Simone Sendin Moreira; TOMAZELLO, Maria Guiomar Carneiro. **As idéias de sustentabilidade dos alunos de um curso de biologia**. II Encontro Pesquisa em Educação Ambiental: abordagens epistemológicas e metodológicas UFSCar, São Carlos, 27 a 30 de julho de 2003. Disponível em: <[http://www.epea.tmp.br/epea2003\\_anais/pdfs/plenary/49.pdf](http://www.epea.tmp.br/epea2003_anais/pdfs/plenary/49.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

GRUPO DE PESQUISA TEORIA CRÍTICA E EDUCAÇÃO. **Teoria crítica da sociedade**. Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2015. Disponível em: <<http://www.unimep.br/teoriacritica/index.php?fid=116&ct=2636>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. 7. ed. Centauro: São Paulo, 2010. Disponível em: <<https://sociologianomedio.files.wordpress.com/2014/04/eclipse-da-razo3a3o.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

KAMKWAMBA, William. **O menino que descobriu o vento** William Kamkwamba, Bryan Mealer; tradução Marcia de Almeida. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

JARA, Carlos Júlio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA): Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco – Seplan, 1998.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil**. In: VI Encontro Pesquisa e Educação Ambiental – EPEA. Ribeirão Preto: EPEA, set. 2011 Disponível em: <[http://www.epea.tmp.br/viepea/epea2011\\_anais/busca/pdf/epea2011-0127-1.pdf](http://www.epea.tmp.br/viepea/epea2011_anais/busca/pdf/epea2011-0127-1.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

LEFF, Enrique. **Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes**. Educação & Realidade, v. 34 n. 3 p. 1-268, set/dez. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9515/6720>>. Acesso em 29 set. 2009.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Fábio Bueno de; MACHADO, Micheli Kowalczyk; HOEFEL, João Luiz de Moraes; FADINI, Almerinda Antonia Barbosa. **Caminhada interpretativa na natureza como instrumento para educação ambiental**. II Encontro Pesquisa em Educação Ambiental: abordagens epistemológicas e metodológicas UFSCar, São Carlos, 27 a 30 de julho de 2003. Disponível em: <[http://www.epea.tmp.br/epea2003\\_anais/pdfs/plenary/10.pdf](http://www.epea.tmp.br/epea2003_anais/pdfs/plenary/10.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

LOUREIRO, Carlos Frederico B; ALBUQUERQUE, Eliana C.P.T. de; BARRETO, Betânia M.V.B. Sustentabilidade, exclusão e transformação social: Contribuições à reflexão crítica da Educação Ambiental e da Comunicação no Brasil. **Ambiente e Educação**, Rio Grande, p. 123-138, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/download/915/371>>. Acesso em: 10 maio 2019.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; TORRES, Juliana Rezende. **Educação ambiental [livro eletrônico]: dialogando com Paulo Freire** / Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Juliana Rezende Torres, (orgs.) 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014. Disponível em: <[http://www.cortezeditora.com.br/newsite/primeiraspaginas/educa%C3%A7%C3%A3o\\_ambiental.pdf](http://www.cortezeditora.com.br/newsite/primeiraspaginas/educa%C3%A7%C3%A3o_ambiental.pdf)>. Acesso em 22 set. 2019.

MALVEZZI, Mariana. **Sustentabilidade: entendimento do léxico e seus desdobramentos face a uma busca emancipatória**. ENGEMA. Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. FEA-USP, São Paulo-SP, 2016. Disponível em: <[engemausp.submissao.com.br/18/anais/download.php?cod\\_trabalho=274](http://engemausp.submissao.com.br/18/anais/download.php?cod_trabalho=274)>. Acesso em: 11 ago. 2019.

MELO, Iran Ferreira de. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: Desdobramentos e Intersecções. **Letra Magna. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**. Ano 5, n.11, 2009. Disponível em: <[http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Melo\\_ADeACD.pdf](http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Melo_ADeACD.pdf)>. Acesso em: 30 de jul. 2019.

MORAIS, E. M. B. de. Evolução epistemológica do conceito de natureza. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 19, n. 2, p. 75-98, Goiânia, 1999.

OLIVEIRA, Marinalva Luiz de. **TRABALHO DOCENTE: POR UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA, TRANSFORMADORA E EMANCIPATÓRIA**. 31ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED. Caxambu/MG, período de 19 a 22 de outubro de 2008. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt22-4916-int.pdf>>. Acesso em 29 set. 2019.

PASCALICCHIO, Áurea Aparecida Eleutério. Qualidade de vida na cidade: do "know-how" ao "know-why" passando pelo "empowerment" e "accountability" - EPEA 2001. Rio Claro: UNESP – Instituto de Biociências. **Revista Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 9, n. 16, jul. 2001. Disponível em: <[http://www.epea.tmp.br/epea2001\\_anais/pdfs/plenary/tr18.pdf](http://www.epea.tmp.br/epea2001_anais/pdfs/plenary/tr18.pdf)>. Acesso em: 07 abr. 2019.

PINTO, Vicente Paulo dos Santos. Ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e as diferentes propostas de sustentabilidade para a Amazônia brasileira. In: PINTO, Vicente Paulo; ZACARIAS, Rachel (Org.). **Educação Ambiental em perspectiva**, v.1, p. 21-37, FEME, Juiz de Fora, 2002.

QUEIROZ, Edileuza Dias de; FREIRE, Laísa. Análise Crítica Do Discurso: Um Marco Teórico - metodológico Para Pesquisas Em Educação Em Ciências. **Revista. Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 7, n. 1, Edição Especial, maio, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <[periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/download/21178/12650](http://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/download/21178/12650)>. Acesso em: 20 jul. 2019.

RAMOS, A.; FARIA, P. M.; FARIA, A. Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em ciências da educação. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 17-36, jan./abr. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2269>>. Acesso em: 5 fev. 2019.

SANT'ANA, Flávia Maria Gonçalves de; LOGAREZZI, Amadeu José Montagnini. **A Importância das Condições Socioambientais do Entorno de Comunidades de Aprendizagem para A Ação de Transformação Social: O Caso Da Emeb A. S. Moruzzi De São Carlos-SP**. V EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental. São Carlos - SP, 30 de outubro a 2 de novembro de 2009. Disponível em: <[http://www.epea.tmp.br/epea2009\\_anais/pdfs/plenary/T47.pdf](http://www.epea.tmp.br/epea2009_anais/pdfs/plenary/T47.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2019.

SANTOS, Ana Cléa Souza dos. **O discurso do desenvolvimento: trajetória, renovações e questionamentos.** XVI Encontro Regional de História - Profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho ANPUH/MG, Realização: Universidade federal de juiz de Fora – MG, 28 a 31 de julho de 2014. Disponível em: <[http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1402966473\\_ARQUIV\\_O\\_Odiscursododesenvolvimentotrajectoria,renovacoesesequestionamentos.pdf](http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1402966473_ARQUIV_O_Odiscursododesenvolvimentotrajectoria,renovacoesesequestionamentos.pdf)>. Acesso em: 22 jul. 2019.

SILVA, Edilaine Cristina da. LENARDÃO, Edmilson. **Teoria do capital humano e a relação educação e capitalismo.** Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas, Anais do VIII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas, SEPECH, Londrina, 2010. Disponível em: <[http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/teoria\\_do\\_capital\\_humano\\_e\\_a\\_relacao\\_educacao\\_e\\_capitalismo.pdf](http://www.uel.br/eventos/sepech/sumarios/temas/teoria_do_capital_humano_e_a_relacao_educacao_e_capitalismo.pdf)>. Acesso em: 11 fev. 2019.

SILVA, Fábio Deboni da; SORRENTINO, Marcos. **Centros de Educação Ambiental no Brasil: movimento singular ou plural?** II Encontro Pesquisa em Educação Ambiental: abordagens epistemológicas e metodológicas UFSCar, São Carlos, 27 a 30 de julho de 2003. Disponível em: <[http://www.epea.tmp.br/epea2003\\_anais/pdfs/plenary/12.pdf](http://www.epea.tmp.br/epea2003_anais/pdfs/plenary/12.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

SOUZA, José Fernando Vidal de; DELPUPO, Michely Vargas. **O Brasil no contexto do desenvolvimento sustentável.** 2013. Disponível em: <[www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=aae094199bf30b0b](http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=aae094199bf30b0b)>. Acesso em: 28 fev. 2019.

TEIXEIRA, Dinair Velleda. **Reflexões epistemológicas sobre a publicidade sustentável: pesquisa de tese realizada na Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.** VIII EPEA – Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, Realização: Unirio, UFRRJ e UFRJ Rio de Janeiro, 19 a 22 de julho de 2015. Disponível em: <[http://epea.tmp.br/epea2015\\_anais/pdfs/plenary/222.pdf](http://epea.tmp.br/epea2015_anais/pdfs/plenary/222.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019.

TERRA, Ricardo; REPA, Luiz Sérgio. Dossiê teoria crítica. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 62, p. 245-248, maio/ago. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792011000200001&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000200001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 4 abr. 2019.

**THE CLUB OF ROME.** Disponível em: <<http://www.clubofrome.org/>>. Acesso em: 4 abril 2019.

UCHÔA, Rafaella; CASTRO, Leonardo de; SÂNCHEZ Celso. **Análise da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) da Unesco a partir da leitura da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire.** IX EPEA Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, realização: Universidade Federal de Juiz de Fora – MG, 13 a 16 de agosto de 2017. Disponível em: <[http://epea.tmp.br/epea2017\\_anais/pdfs/plenary/0254.pdf](http://epea.tmp.br/epea2017_anais/pdfs/plenary/0254.pdf)>. Acesso em: 7 abr. 2019

VIZEU, Fabio; MENEGETTI, Francis Kanashiro; SEIFERT, Rene Eugenio. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. For a critique of the concept of sustainable development. **Cadernos EBAPE.BR**, [online] v. 10, n. 3, p. 569–583, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1679-39512012000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1679-39512012000300007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 25 jun. 2019.

VOSGERAU, Dilmeire Sant’Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, v. 14, n. 41, p. 165-189, Curitiba, 2014. Disponível em: <

<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2317/2233>>. Acesso em: 5 fev. 2019.

WIVALDO, Jucilaine Neves Sousa; COUTO, Suelen Ferreira Matoso; GUERREIRO, Álvaro Ricardo. **A educação ambiental e o desenvolvimento sustentável na produção agrícola**. IX EPEA Encontro Pesquisa em Educação Ambiental, realização: Universidade Federal de Juiz de Fora – MG, 13 a 16 de agosto de 2017. Disponível em: <[http://epea.tmp.br/epea2017\\_anais/pdfs/plenary/0140.pdf](http://epea.tmp.br/epea2017_anais/pdfs/plenary/0140.pdf)>. Acesso em: 07 abr. 2019.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016.